



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0022/08	DATA: 19/02/2008
INÍCIO: 10h46min	TÉRMINO: 14h01min	DURAÇÃO: 3h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h16min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA - Jornalista e escritora.  
FERNANDO CALMON - Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

**SUMÁRIO:** Esclarecimentos a respeito da atuação do crime organizado nos presídios e da estrutura e atuação dos defensores públicos na defesa dos direitos dos presos. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação nos presídios, os custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Tendo sido distribuída cópia da ata da 22ª reunião, indago aos Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação. (*Pausa.*)

Fica aprovada a ata da última reunião.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, esta reunião foi convocada para colher informações das seguintes pessoas: a Dra. Maria de Fátima Oliveira Souza, jornalista e escritora, autora do livro *PCC: a Facção*, que falará a respeito da atuação do crime organizado nos presídios — eu solicitaria que a senhora pudesse fazer parte da Mesa —; e o Dr. Fernando Calmon, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos — ANADEP, que falará a respeito da estrutura e da atuação dos defensores públicos na defesa dos direitos dos presos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, a Comissão esteve, na quinta-feira e na sexta, nos Municípios de Formosa, Planaltina, Luziânia e Valparaíso, aqui no Entorno de Brasília, ambos no Estado de Goiás. A situação que a CPI constatou é de um verdadeiro caos nas cadeias públicas desses Municípios, com superlotação, várias pessoas doentes com AIDS, pessoas doentes de câncer, muitos presos reclamando de tortura. A Comissão constatou pessoas, presos, com marcas de torturas, o que é preciso ser verificado. Houve denúncias contra a Força Nacional e também de tortura no ato de prisão.



O Estado de Goiás não tem defensoria pública. A maioria dos presos não possui advogado, portanto os advogados são de faz-de-conta, advogados dativos. Há muitas queixas contra advogados contratados, que, segundo os presos, recebem honorários e não cumprem o seu papel de fazer a defesa.

Então, diante do clima, diante do barril de pólvora que representam essas cadeias públicas no Entorno, eu queria sugerir que a CPI, na próxima semana, pudesse marcar uma audiência com o Governo do Goiás, para que a Comissão fizesse uma exposição para o Governador e já apontasse algumas medidas imediatas, para não ter que esperar daqui a 2 ou 3 meses, quando a CPI termina os seus trabalhos. Eu acho que a situação é tão grave, é tão emergente, que é conveniente que a gente peça uma audiência com o Governador — é aqui próximo de Brasília —, de tal forma que o Governador do Estado possa adotar medidas imediatas para evitar que esse barril de pólvora possa explodir.

Este é meu requerimento. Como é tão próximo aqui de Brasília, numa manhã, com facilidade se pode chegar ao Estado de Goiás para relatar ao Governador o que a CPI constatou, com vídeos, com fotografias, com relatos, e solicitar e indicar a ele providências urgentes a serem adotadas aqui no Entorno de Brasília. Na verdade, a Região Metropolitana de Goiânia é aqui o Entorno de Brasília. Brasília tem uma situação mais ou menos confortável. No Plano Piloto está tudo muito bem, nas cidades satélites mais ou menos, mas no Entorno, nas cidades do Estado de Goiás, a situação é de extrema gravidade.

É este o requerimento que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Nós vamos avaliar alguns requerimentos no final da sessão, então nós poderíamos, a pedido do Relator, também votar este requerimento. A princípio, não tenho nada a opor, mas eu queria também ouvir os Srs. Deputados com relação ao requerimento do Relator, Domingos Dutra.

Dando continuidade, os nossos convidados terão 20 minutos para expor, para fazer sua apresentação. Posteriormente eu passaria a palavra ao Relator, Deputado Domingos Dutra, e, logo após, aos Srs. Deputados, para as perguntas de praxe.

Então eu convido a Dra. Maria de Fátima Oliveira Souza para fazer uso da palavra. A senhora tem 20 minutos.



**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Bom dia. Eu não sou doutora — obrigada —, eu sou só jornalista.

Sou jornalista policial há 25 anos. Fui a primeira repórter em São Paulo a denunciar a existência do PCC. Escrevi um livro sobre o assunto, *PCC: a Facção*, onde eu conto a trajetória das facções criminosas em São Paulo, porque não há só o PCC. O PCC é a maior, mas há outras facções criminosas: Seita Satânica, CRVC, CDL, enfim, algumas nascendo agora recentemente também, mostrando que o sistema penitenciário de São Paulo, como os próprios presos costumam dizer, “está dominado”, dominado por eles, infelizmente.

Pelo que eu pude constatar nesses últimos anos, a inoperância e a incompetência do Estado favoreceram que os presos tomassem um espaço que o Estado não ocupou, que, aliás, o Estado desocupou — ele se retirou — e que ficou na mão dos detentos. Eles souberam aproveitar esse espaço, ganhando e angariando a simpatia dos outros detentos e formando daí uma espécie de sindicato, sindicato do crime, sindicato dos criminosos, sindicato do presidiários, uma idéia que surgiu até de uma forma romântica, eu concordo, com toda a sinceridade, porque a idéia inicial do PCC era ter voz, era que os presos do Brasil tivessem voz, para que talvez não fosse necessária uma CPI como esta para denunciar o que eles vivem todo dia. O Deputado fala agora de superlotação, de espancamentos, de maus-tratos, de comida ruim, de comida que custa 2, cobram 8 e alguém enfia 6 no bolso. Isso é mais antigo que eu, que já não sou tão novinha. E eles, se aproveitando desse espaço do Estado, eles procuraram os presos, na idéia de ser a voz, um sindicato que representasse os presos, por uma melhor comida, por um atendimento de advogados... Como disse o Relator, muitos não têm advogados, outros são enganados pelos advogados. Não há defensores públicos suficientes. Há gente com pena vencida que continua na cadeia.

As cadeias brasileiras são uma tragédia. Não é preciso eu aqui para dizer isso e nem precisaria uma CPI para mostrar uma realidade que o jornalismo já mostra há muitos anos no Brasil, seja em São Paulo, seja no Rio de Janeiro, seja em Goiás, Paraná. No Paraná tem uma cadeia que o preso tem 0,60 centímetros para ocupar, para vocês terem uma idéia. Em São Paulo tem uma cadeia em Votorantim, cadeia



de mulheres, feita para 24 detentas: tem 178 hoje. Isso é para se ter uma idéia de como é que se “não vive” dentro de uma cadeia.

Foi aproveitando isso, porque tanto a burguesia quanto a classe média e o Estado não têm muita preocupação... Aquela velha história de que preso não dá voto continua sendo verdadeira. A classe média pensa assim, ela acha que o preso tem que entrar lá, morrer, “se ferrar”, no português verdadeiro. Então o Estado corrobora isso, porque, se não interessa à classe média, que é quem vota, então não vai investir dinheiro nem tentar resolver esse problema.

A gente está numa situação tão trágica, que, no Estado São Paulo, com 150 mil presos, não se tem sequer a capacidade de fazer uma cadeia para presos primários. Não existe nem essa preocupação de fazer cadeias em que você diferencie o cara que, como a gente costuma dizer, roubou galinha ou um toca-fitas, de um homicida, de um preso de carreira, de um homicida de carreira, de um assaltante de carreira. Então o cara cai lá, e ele vai acabar aprendendo. Escola do crime? É sim. Isso que eu estou falando parece tudo *slogan*, parece aquelas coisas antigas que todo mundo fala, mas, porra, desculpa, é isso o que continua acontecendo dentro do sistema penitenciário. De um lado, o Governo, sem a preocupação de atender essa população carcerária; de outro, a classe média, pouco preocupada com o acontece com ela; e de outro, revertendo para a gente a conseqüência disso, para essa própria classe média que não enxerga que o cara que entra lá bicho sai mais bicho, volta mais bicho aqui para fora e ataca você, eu, o Relator, o Deputado, a filha do Deputado, a mulher do Deputado. Esta é a realidade. Então, se a gente quiser parar com isso, a gente tem que mudar tudo. A gente tem que mudar a Polícia corrupta. Eu acho que é um dos principais problemas que a gente tem hoje a Polícia prender e soltar por dinheiro — Polícia Militar, Polícia Civil, tanto faz. A gente tem corrupção de diretor de cadeias, de agentes penitenciários... Em São Paulo a gente vê agente penitenciário que no plantão dele fugiram 120. Sabe o que acontece? O cara é transferido para uma cadeia em Campinas, onde fugiram 100. Sabe o que aconteceu? O cara foi transferido de novo, para uma cadeia em Pinheiros, onde fugiram 50. E a coisa vai rolando. Quer dizer, tem uma máfia da fuga, tem uma máfia do celular, tem uma máfia da corrupção, e todo mundo finge que não vê. Abrir sindicância é igual a CPI, me desculpa. Eu vi abrir



tantas sindicâncias como CPIs. Resultado: quase nada, pizzas, muitas. Então as sindicâncias abrem mas não fecham. A gente está acostumado a ver isso. Falta pulso do Estado, pulso do Governo para combater essa corrupção policial, para combater essa corrupção de agentes penitenciários, de diretores de cadeia, de jornalistas, inclusive. Não estou nem eximindo a minha categoria. Também acontece.

E falta, talvez, olhar esse sistema penitenciário dos 2 lados: nem colocando o preso no colo nem dando porrada nele. Talvez a gente ache um caminho para que a gente vá naquela recuperação. A gente hoje não tem sistema semi-aberto, que todo mundo faz uma propaganda danada. O Governo do Estado de São Paulo, o Alckmin falava do sistema semi-aberto como se fosse o maior exemplo da cidade de São Paulo, e é uma grande mentira. Você tem 2 presídios semi-abertos, e não cabe todo mundo que tem direito a ir para o regime semi-aberto. Então o preso que tem direito a ir trabalhar de dia e voltar à noite para a cadeia, ele continua no sistema comum, porque não há vagas para ele. Isso não é uma exclusividade de São Paulo. Isso acontece em todo o Brasil. O cara fica doido dentro da cadeia, mais doido do que ele é? Fica. Porque a gente não quer que o nosso direito seja pisado, mas a gente em nenhum momento se incomoda se os deles estão sendo. O Brasil olha o preso como o cara que não tem direito, ponto final. E a gente está produzindo mais bandidos, a gente está produzindo mais corrupção, a gente está dando mais chance para a Polícia ser corrupta. Quanto mais a gente fecha o olho, mais gente ganha dinheiro, seja roubando na comida que o preso come, seja prendendo o cara e pedindo 80 mil reais — o investigador do DEIC — para deixar um traficante ir para a rua, e de vez em quando prendendo um para chamar a imprensa e fingir que trabalha.

Então a situação é difícil, a situação é complicada. Eu acho que, se houvesse realmente uma intenção de todo mundo junto de mudar essa situação, ela poderia ser mudada, inclusive separando-se dentro das cadeias os primários, que têm uma recuperação talvez mais fácil, dos que já não têm mais essa recuperação. A gente não olha mais para esse tipo de currículo do preso, a gente acha que todo mundo é igual. E não é. Você tem casos diferenciados, que não são enxergados pelo Estado, dentro da cadeia. Com isso, as facções criminosas conseguiram o domínio.



O PCC hoje é maior do que o Comando Vermelho, exerce um domínio incrível na população carcerária. Na última sexta-feira, dia 16, toda a Polícia de São Paulo — foram suspensos os plantões —, Polícia Civil e Militar, todo mundo foi para a rua durante a madrugada. Fizeram barreiras na cidade — foi um horror —, blitz em todos os cantos. A Secretaria alegou que era um treinamento da Polícia. Mentira! O PCC tinha marcado 5 dias negros em São Paulo: 16, 17, 18, 19 e 20, com mais ataques, mais mortes, dizendo que dessa vez não seriam os soldados, seriam os sargentos e os coronéis. O PCC tem esse plano, vai executar esse plano. Ele só adiou porque a Polícia, o serviço de inteligência, conseguiu fazer uma escuta de um preso do PCC que hoje é o braço direito do Marcola, que é o Julinho Carambola, Júlio César Guedes Moraes. Fez uma escuta dele passando as ordens. Ele voltou para o RDD, o que deixou a população carcerária mais “p” da vida ainda. E só foi adiado porque os bandidos souberam que a Polícia tinha sabido — se a Polícia tem departamento de inteligência, os bandidos têm também. Quando eles souberam que a Polícia tinha descoberto o plano deles, eles adiaram o plano. A Polícia foi para a rua, montou barreira, e houve 2 ataques, talvez de um ou outro bandido desavisado, que foram abafados pela Secretaria de Segurança de São Paulo: um em São Paulo e outro em São Bernardo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - RDD é a menina dos olhos do Sr. Geraldo Alckmin, o que, de certa forma, foi copiado pelo Governo do Estado, que fez o presídio de Catanduvas. O RDD foi o primeiro presídio de segurança máxima do Governo Federal, que é o de Catanduvas, e o RDD foi o primeiro presídio de segurança máxima que foi inaugurado em São Paulo, em Presidente Bernardes, no interior, para onde sempre está indo a cúpula do PCC. Fica lá 1 ano, sai... É para onde foi o Fernandinho Beira-Mar antes de ter o presídio federal. E é um presídio que são celas isoladas, muros altos, 7 portões para o cara conseguir chegar lá fora... Não houve fuga nenhuma até hoje. Eles ficam isolados. Foi lá que o Fernandinho Beira-Mar disse que já estava chamando o louro dele de rato, papagaio e outras coisas, porque ele estava enlouquecendo, porque é um presídio onde a pessoa fica muito isolada, o banho de sol é isolado... Só que custa muito caro. Um preso comum custa 1.200 reais. E você coloca 1.000, 1.500, 2.000, num mesmo



presídio. No RDD cabem 140 presos, no de São Paulo, e parece que no federal ainda é menos gente, e custa 3.300 reais cada preso. Se você imaginar que o Estado de São Paulo, em 2006, depois da segunda megarrebelião, fez um presídio que foi apelidado de *pactus monstrus*, em Presidente Venceslau, levando para lá só os chefes mais importantes do PCC e levou para lá 565 presos, ou seja, é o Estado admitindo que o PCC tem 565 chefes mais poderosos, fora os chefinhos que vêm abaixo. Então quantos presídios de segurança máxima, a 3.300 cada um, seriam necessários só para a facção criminosa do PCC, que, segundo o próprio ex-Diretor do DEIC, Departamento da Polícia de São Paulo, Godofredo Bittencourt, quando veio aqui falar na CPI das Armas, calculava a Polícia de São Paulo que tinha 120 mil integrantes? Se você dividir 120 mil por 140 presos em cada cadeia de segurança máxima, a 3.300 reais, não teria condição de ter presídio de segurança máxima para todo mundo. Só que a gente continua tendo o erro de ter um presídio de segurança máxima, e o resto de insegurança. Eu, como jornalista, acho um absurdo dizerem “Ah, aquele é de segurança máxima.” Porque para mim, como cidadã e jornalista, todos tinham que ser de segurança máxima. Todo presídio tinha que garantir para mim que o cara não ia fugir, que não ia entrar um celular, que não ia entrar viagra, como entrou agora. O chefe do PCC, acharam viagra na cela dele, além de celular, além de armas. Então, para mim, todo presídio tinha que ser seguro. Eu acho até uma comédia, uma piada: “Ah, o presídio é de segurança.” Todos deveriam ser. Então o que a gente tem hoje é um de segurança e os outros inseguros.

Acabou o meu tempo, ou tenho mais?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Pode usar mais tempo.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Então, se aproveitando de tudo isso, da corrupção da Polícia, da corrupção dos agentes penitenciários e dos diretores, até de pessoas ligadas à SAP... Em São Paulo, por exemplo, nós tivemos o caso de um diretor — consta inclusive no meu livro a história — que foi para trás das grades também, porque vendia transferência de presídio por 10, 15, 20 mil reais. Então, se você era um preso e estava numa cadeia um pouco mais segura, você facilitava com 10, 20 mil e você ia para um presídio menos seguro, e fugia. Enquanto o sistema for este, talvez enquanto o Brasil for isto, não adianta CPI, não adianta eu falar, porque, infelizmente, é isso.





**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Fátima, qual é o nome desse diretor, Fátima?

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Eu prefiro que ele seja visto no livro. Eu gostaria de não citar o nome dele. Ele consta no meu livro *PCC, a Facção*.

Então é isso. Os Governos colaboram para que as facções criminosas cresçam. Eu denunciei o PCC em São Paulo em 1996. Em 1995 eu comecei a fazer um levantamento sobre isso, tendo uma denúncia, e eu lembro que o Sr. Secretário da Administração Penitenciária, na época o João Benedicto Azevedo Marques, foi numa rádio em São Paulo, a *Jovem Pan*, e deu uma entrevista dizendo que eu estava inventando uma facção que era uma ficção para dar ibope para a emissora em que eu trabalhava, que na época era a *TV Bandeirantes*. Eu acho que o tempo mostrou que ficção era o que se passava na cabeça do Secretário, que não conseguia ver a realidade que já se montava atrás das grades.

Quando eu fiz a denúncia, o PCC tinha 8 mil homens. Hoje, a própria Polícia de São Paulo fala que tem 120 mil. Numa época em que o Governo não teve mais como esconder a existência do PCC, que foi em 2002, na primeira megarrebelião, liderada pelo Geléia e pelo Cesinha, fundadores e chefes do PCC na época, pararam mais de 40 presídios na cidade de São Paulo. Isso foi notícia no mundo inteiro. Então não dava mais para o Alckmin jogar embaixo do tapete, nem o Sr. Secretário jogar embaixo do tapete. Ao invés de assumir, ele disse que havia um alarde na imprensa, apesar de tudo isso. Porque ninguém morreu. Quer dizer, não é que teve 40 presídios parados. "*Não, ninguém morreu*", ah, que ótimo.

Então, o que ele fez? Me desculpa, deu um tiro pela culatra. Ele pegou os grandes chefes do PCC — Geléia, Cesinha, Marcola, Julinho Carambola, GG do Mangue e outros nomes ainda fortes dentro do PCC — e espalhou pelo Brasil. Mandou para o Rio de Janeiro, foram 2 palitos para os caras encontrarem o Comando Vermelho lá dentro, Fernandinho Beira-Mar, e fazerem o pacto PCC-Comando Vermelho. Mandou para Dourados, onde os presos me ligavam pendurados numa caixa d'água, celular à vontade. Instalaram o PCC em Dourados. Mandou para Rondônia, Rondônia teve a primeira rebelião da história dela, com uma



bandeira do PCC no telhado. Mandou para o Paraná, o Paraná teve a maior rebelião da história dela: 8 dias de violência, liderada pelo PCC.

Então o Governo do Estado de São Paulo ainda fez o favor de espalhar o PCC, e ele, muito contente, espalhou suas idéias, disseminou em outros presídios. Por isso o PCC hoje está na Bahia... O PCC hoje, além de São Paulo, está em pelo menos mais 13 Estados brasileiros, com representatividade, com força, como em Mato Grosso do Sul, que eu acho que é o pior caso da influência e existência do PCC, depois do Estado de São Paulo. O PCC também é forte no Rio de Janeiro, porque ele fez uma troca: o Comando Vermelho abriu espaço para o PCC negociar drogas em algumas favelas do Rio, e o PCC começou a dar guarida para os bandidos procurados lá, aqui em São Paulo, sob a proteção do PCC, para não serem encontrados pela Polícia, e também usando a rota de Santos para mandar tráfico de cocaína para o Rio de Janeiro, e em troca o Comando Vermelho manda armas para o PCC, em São Paulo.

Eles são organizados, muito, são unidos, muito, e a gente é pouco unido e pouco organizado. Por isso que eles estão vencendo essa guerra, por isso é necessário uma CPI, por isso eu estou aqui e tanta gente passou por aqui, por isso se gasta todo esse dinheiro. Eu espero que desta vez a gente gaste para descobrir, mostrar e, de preferência, resolver esse problema, que é tão difícil, tão complicado e tão ruim para cada um de nós, porque, repito, cada um que sai da cadeia pior do que entrou é pior para a gente aqui fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, eu queria agradecer as palavras da Sra. Maria Fátima.

Eu vou passar para o nosso próximo convidado, e posteriormente os Srs. Deputados poderão fazer as perguntas que acharem necessárias.

Com a palavra o Dr. Fernando Calmon, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

**O SR. FERNANDO CALMON** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, colega Fátima, jornalista que teve a coragem de enfrentar esse tema, meu colega Valtenir Pereira, defensor público e Deputado Federal, aqui presente, na verdade eu gostaria de começar pedindo uma reflexão. Nós temos, por anos, alertado que o que está faltando é uma visão sistêmica. Nós temos, em especial no



sistema Justiça, uma falta de sistema, um sistema que começa com a Polícia, que passa pelo Ministério Público, que chega ao Judiciário e que, efetivamente, tem que se completar com a defesa do acusado. Isso só para falar na área penal. Mas nós, por uma questão atávica — eu não sei explicar, a gente teria que puxar alguma coisa na nossa história, na sociologia —, nós não enfrentamos a questão de forma sistêmica. O que a colega Fátima colocou aqui é fato: o que nos falta é organização.

Primeiro, nós tínhamos antigamente a idéia de que Justiça era o juiz. Isso foi superado com a necessidade de fortalecer o Estado acusador. E hoje é muito importante que as Sras. e os Srs. Deputados tenham a certeza de que, se não tivermos o fortalecimento do Estado defensor também, nós vamos continuar vivendo essas mazelas.

Eu tenho alguns dados e gostaria de trazê-los à reflexão. Eu separei 3 Estados muito parecidos em relação à estrutura da Defensoria Pública.

A lei federal, uma lei complementar de 1994, determina que é função institucional do defensor público atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais — para não dizer o que está na Constituição. Portanto é função institucional da Defensoria Pública atuar junto à execução penal.

Nós temos, em grande parte dos Estados, hoje, núcleos especializados em execução penal. Nós estamos nos organizando para poder atuar dentro dos presídios. Isso tem funcionado, evidentemente, em alguns Estados mais, em outros menos. Eu trouxe alguns exemplos, Sr. Presidente, só para a gente comparar.

Por exemplo, o Distrito Federal, que tem uma população idêntica à do Mato Grosso e à do Mato Grosso do Sul. Nós temos no Distrito Federal 7.700 presos e nós temos 6 defensores públicos lotados na Execução Penal, o que dá uma média de 1.283 presos por defensor público. Isso é a situação quase ideal, no Distrito Federal, porque nós temos um investimento grande em defensoria pública no Distrito Federal.

Mato Grosso, Estado do Deputado Valtenir Pereira. Eu estou considerando também, Sr. Presidente, que quase a totalidade dos presos hoje cumprindo pena no Brasil estão assistidos pela Defensoria Pública. Isso é um fato, isso passa de 90%,



muito. Mato Grosso: 9.435 presos e 5 defensores exclusivos na Execução Penal, o que dá uma média de 1.887 presos por defensor público, o que também está bom, considerando o resto do Brasil.

E no Mato Grosso do Sul, que tem uma população de 8.904 presos — eu estou incluindo presos de todos os tipos aqui —, nós temos 3 defensores públicos lotados no Núcleo de Execução Penal, uma média de 2.968 presos por defensor.

Portanto, nesses 3 Estados — Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul —, que têm rigorosamente a mesma população, cerca de dois milhões e meio de habitantes por cada Estado, nós temos o Distrito Federal com 1.283, Mato Grosso com 1.887 e Mato Grosso do Sul com 2.968. Pergunta-se — posso perguntar para a jornalista —: qual é o Estado que mais tem rebelião desses 3?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FERNANDO CALMON** - Vou chegar lá, vou chegar em São Paulo. É porque não dá para comparar com esses Estados. Isso reflete um pouco o resto do Brasil.

Mato Grosso do Sul, porque falta a assistência jurídica integral e gratuita que o Estado se obriga a dar, pela Constituição Federal. Falta não, não falta, porque Mato Grosso do Sul tem uma Defensoria bastante atuante, mas precisa ser mais atuante na questão da execução penal. Mas esses são dados até de um sistema ideal. Estamos falando bem. Vamos falar sobre Goiás e sobre outros Estados, Sr. Relator.

Vamos pegar o Rio de Janeiro, que tem Defensoria Pública desde 1954, portanto tem uma cultura — Estado do nosso Deputado — de investimento em defensoria. Tem 730 defensores no Estado todo. O Rio de Janeiro tem 29.265 presos, e, fazendo essa divisão, daria uma média de 812 presos por defensor público. Pelo que é atendido hoje no Núcleo de Execução Penal do Rio de Janeiro, daria uma média de 402 presos por defensor público. Esse número é extremamente relevante, porque nós vamos considerar agora São Paulo.

O Rio de Janeiro tem 36 defensores públicos atuando no Núcleo de Execução Penal. No Distrito Federal são 6, em Mato Grosso 5 e em Mato Grosso do Sul 3. No Rio de Janeiro são 36. São Paulo, portanto, o Estado da nossa querida colega de Mesa: 147.929 presos e 27 defensores públicos especializados em execução penal,



fazendo só execução penal. Eu tenho, portanto, 5.478 presos por defensor, o que passou de absurdo. Nós estamos saindo, no Rio de Janeiro, de uma situação de 800, talvez 400, que é o volume real que eles atendem hoje — eu recebi a estatística aqui —, para 5.478 em São Paulo. E São Paulo, Sr. Deputado, está fazendo um investimento grande em defensoria. Porque, se a do Rio de Janeiro começou em 1954, a de São Paulo começou em 9 de janeiro de 2006. Hoje, São Paulo tem 400 defensores. Precisa de muito mais do que isso. Nós estamos falando de um Estado que tem 40 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro tem metade disso e tem quase o dobro de defensores. Muito bem.

Sobre São Paulo. A dificuldade não é só, Sr. Presidente, de acesso a presos e a presídios, de uma forma geral. A dificuldade, principalmente, é que estamos dentro de um sistema completamente desigual. Só para falar em São Paulo, existem 304 varas especializadas em execução penal no Estado: 304, portanto, hoje, juízes despachando sobre execução penal. E nós temos 27 defensores públicos para responder a essa demanda. Isso é uma coisa para lá de desigual, e, se isso não for enfrentado de forma sistêmica, nós vamos continuar esse círculo vicioso, porque essa é uma desproporção absurda, hedionda, que salta aos olhos.

Em São Paulo nós temos mais de 140 penitenciárias, o que implica deslocamento, implica logística, implica pessoal de meio etc., e nós temos 27 defensores públicos especializados em execução penal.

Bom, eu não vim aqui chorar e ficar trazendo dados. Esses dados a gente vai poder fornecer à CPI com mais detalhes depois. Mas eu queria chamar a atenção, Sr. Presidente, principalmente para a questão do sistema. A nossa querida colega Fátima aqui colocou muito bem. Se não tiver um sistema público eficiente, atuante, com prerrogativas, Deputado, nós vamos continuar vendendo serviços dentro da cadeia, dentro dos presídios, e um deles é o serviço de assistência jurídica, que sempre foi, historicamente, vendido. Então quem é protegido do sistema recebe; quem não é não recebe. Portanto você precisa ter uma defensoria pública forte, atuante e independente, o que já tem na Constituição Federal.

Nós estamos aqui tramitando uma PEC para aprimorar isso, e tem um projeto de lei complementar muito importante, que atualiza essa lei que eu acabei de ler aqui, que é a Lei Complementar Orgânica Nacional da Defensoria Pública, o PLP 28,



que está na Comissão de Trabalho e Administração Pública. O Relator é o Sr. Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas. A gente espera que agora no começo do ano ele já seja votado. É muito importante, porque a gente vai dar condições ao Estado, que tem autonomia, que pode gerir recursos, que pode trabalhar orçamento, de fortalecimento da Defensoria Pública junto ao sistema prisional.

Sr. Relator, o senhor deu uma idéia que eu acho bastante importante, que é a de se dirigir diretamente ao Governador do Estado de Goiás. Eu tive oportunidade de conversar com o Presidente da CPI, o Deputado Neucimar Fraga. Eu falei: *“Olha, o senhor vá a Goiás. O que o senhor vai ver em Goiás é um negócio absurdo.”* Em Goiás é muito violento o sistema, porque nada disso existe. Nós estamos falando de números aqui, e pelo menos nós estamos avançando. E a cada ano avança mais. Só para vocês terem uma idéia, nós temos 5 mil defensores públicos no Brasil hoje, Deputado, e ano passado nós conseguimos, por meio de concurso, que ingressassem na instituição mais de 700, o que é um número bastante relevante. Evidentemente que a cada ano nós vamos cobrindo esse atraso. Isso tem de ser pensado de forma sistêmica, a longo prazo até. Mas em Goiás há uma ausência total e, Sr. Relator, eu diria até interessante. E não precisa, porque Goiás já aprovou a lei orgânica estadual, em 2005. Basta que o Governador autorize fazer um concurso público. Já tem número de vagas, cargos criados, tudo. Em Goiás é inexplicável. E isso faz diferença. O senhor está vendo aqui.

A gente também costuma ver, e na Defensoria Pública isso é muito claro para nós, que quando a pessoa tem um problema, por exemplo, na área de execução penal, na verdade o cidadão está preso, está lá. Quem tem o problema é a família, que nos procura. Só que, quando nos procura, não tem só o problema do preso, ou de acompanhamento da execução, dos seus benefícios etc., tem vários outros problemas, que decorrem daí, vários outros problemas de família, problema cível, problema de sucessão. Enfim, a família acaba fazendo um tratamento geral. Isso demanda uma logística enorme e demanda, principalmente, a presença do Estado nesse momento, mostrando que tem competência, sim, de atuar, de fazer, de resolver problemas reais, problemas reais, da vida real, não é problema fictício, problema que se coloca em sala de aula, problema que ficam colocando como se



fosse assistência jurídica, uma coisa improvisada ou que pode ser feita por qualquer um. Não pode. Isso é muito pesado. Isso mexe com a estrutura psíquica dos profissionais, que precisam ser especializados nisso e precisam se preparar para isso da mesma forma que os juízes, os policiais e os promotores. Muito bem.

Na mesma situação de Goiás, Sr. Relator, está o Rio Grande do Norte, que tem uma lei aprovada e que tem um concurso em andamento que não acaba nunca. Isso faz uma diferença enorme, porque o Rio Grande do Norte também tem 3 defensores, na verdade não tem nenhum. É um Estado também que está numa situação muito crítica.

Outro Estado que eu gostaria de chamar a atenção aqui é Santa Catarina, infelizmente, que é um Estado completamente ausente na questão da assistência jurídica, que está na contramão da história. Hoje, a Defensoria Pública já tem braços internacionais. Eu sou Presidente da Associação dos Defensores Públicos do MERCOSUL. Participo de uma associação interamericana de defensoria pública. Estamos vendo isso até em países de Primeiro Mundo. A Europa está estudando o nosso modelo hoje, através de uma agência chamada Eurosocial. Temos feito vários intercâmbios nesse sentido em Santa Catarina, um Estado do Sul do Brasil que tem todas as condições inclusive para começar mal. Podemos dar bons exemplos de Defensorias no Brasil que têm avançado, em Estados inclusive mais pobres, como o Tocantins, o próprio Pará, que está avançando, Rondônia, que teve problemas sérios e está avançando, a Bahia, que está avançando bastante. Quase o Brasil inteiro está avançando nesse contexto todo. A gente conseguiu criar condições a partir da Emenda nº 45 da Constituição Federal. Mas Santa Catarina não avança. Isso está sendo questionado inclusive no Supremo, por nós. Não avança. E é preciso que também se fale com o Governador de Santa Catarina — não sei qual é a situação jurídica do Governador, não sei se ele está para sair, se está para entrar outro, não sei. É preciso fazer um trabalho, porque, se não se pensar isso de forma sistêmica, nós vamos começar a ter esses problemas, é evidente, e inclusive na questão da infância e juventude também. Esses dados que eu estou colocando aqui não avançam na questão da infância e juventude. Nós temos núcleos especializados, que são presídios também — eufemicamente chamados de outra coisa, mas são presídios —, onde as pessoas permanecem presas, menores de



idade, cumprindo pena de forma degradante, muitas vezes. Onde nós temos assistência jurídica efetiva não tem rebelião. O caso de São Paulo é um caso clássico. No caso do Distrito Federal, teve muita antes de a gente começar a fazer. Hoje a gente faz, não tem. E assim vai.

Espero que com esses dados, Sr. Presidente, eu possa ter contribuído para abrir aqui o debate. Estou à disposição da Comissão para responder às perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, vamos passar agora ao debate.

Inicialmente passo a palavra para o nobre Relator, o Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assistentes desta audiência, Sra. Jornalista Fátima de Souza, Dr. Calmon, em primeiro lugar eu quero parabenizar os 2 expositores e também parabenizar a Comissão, pelo acerto na aprovação do requerimento de convidar os 2 expositores, principalmente a jornalista Fátima Souza. Eu li o livro de V.Sa. e vou fazer um bloco de 5 perguntas, para poder permitir que os colegas possam fazer perguntas, mas depois eu voltarei, porque acho que eu quero extrair de V.Sa. o maior número possível de informações sobre as organizações criminosas, porque este é um item desta CPI, um dos objetos da CPI. Há um Sub-Relator, que é o Deputado Raul Jungmann, que ficou encarregado desse tema.

Nós aqui já ouvimos autoridades que negaram que o PCC, por exemplo, estivesse forte. No final do ano, eu li várias matérias sobre a articulação do Fernandinho Beira-Mar, do Marcola, da contabilidade do Fernandinho Beira-Mar, que foi apreendida pela Polícia Federal, da mulher do Fernandinho Beira-Mar, que continua operando, do filho... Nós gostaríamos de obter o máximo de informações. E se V.Sa. tiver alguma informação que não possa ser revelada publicamente, que possa ser revelada em uma sessão secreta, nós gostaríamos, porque essas lideranças, principalmente as mais expressivas, promovem, patrocinam danos muito grandes para o sistema penitenciário.

Então eu queria perguntar para V.Sa., nesse bloco de 5 perguntas, qual é o poder das organizações hoje, de cada uma, quais são essas organizações, onde é





que elas atuam de forma mais forte e qual é o poder que elas têm hoje. Segundo, se V.Sa. tem informações sobre onde elas investem, fora dos presídios, em que setores, ou seja: é posto de gasolina? É imobiliária? Ou seja, onde é que elas estão colocando os recursos? Terceiro, se V.Sa. pudesse informar para a Comissão qual é a hierarquia dessas organizações, como é que elas funcionam, qual é a hierarquia que elas têm. Quarto, se V.Sa. pudesse informar para a Comissão por que o Poder Público, principalmente no Estado de São Paulo, passou tanto tempo para reconhecer a existência delas - se foi uma estratégia de combate, se simplesmente achou que não existia. Por que isso ocorreu e quais as conseqüências disso para o sistema?

Queria perguntar para a senhora se há — e a senhora já falou aqui de envolvimento de agentes penitenciários, diretores — algum envolvimento de advogados que ajudam a fortalecer a atuação dessas organizações; se a senhora tem conhecimento de juízes que tenham também recebido benefícios para liberar traficantes, para facilitar alvarás. Qual é o papel do Poder Judiciário, de juízes, de advogados, de promotores no funcionamento dessas organizações?

Eu acho que aqui a gente tem, na linguagem popular do Nordeste, que escarafunchar tudo o que a gente puder. Não queremos aqui dirigir nossa atuação para um segmento. Nós queremos saber por que o sistema penitenciário não funciona adequadamente; por que essas organizações têm tanto poder de parar São Paulo, independente que agente público seja, ou do sistema de segurança, ou do Poder Judiciário, ou do Ministério Público.

Seriam essas as primeiras perguntas.

Para o Dr. Calmon: além desses 3 Estados, Goiás, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, tem algum outro Estado em que a Defensoria ou não existe ou ela é de faz-de-conta?

Queria perguntar sobre os salários dos servidores, se o senhor tem dados por Estados, e também se tem evasão de defensores públicos por conta ou de salário deficiente, condição de trabalho deficiente, de atitude autoritária de Governadores com relação à Defensoria Pública.



Queria que o senhor, sinceramente, dissesse para nós se tem dados sobre a qualidade da assistência jurídica da Defensoria Pública. Porque, por onde nós temos ido, há muitas queixas com relação à qualidade da assistência.

O senhor falou, com muito otimismo, que em alguns Estados têm 1.800 presos por defensor. O senhor considera que, humanamente, para prestar uma defensoria pública de qualidade, um defensor, com 1.500 presos, com 2 mil, tem condições efetivas de prestar uma assistência jurídica adequada, de qualidade para esses presos, já que a grande maioria dos que estão presos são pessoas pobres? Não tem. Nós temos feito perguntas. Os presos não conhecem o advogado, não conversaram, ninguém informa, não traduzem para o preso as fases processuais, não traduzem a linguagem, não recorrem de sentença, não requerem diligência, não se envolvem na prova testemunhal. A gente está constatando...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Perde prazo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pois é. A deficiência na assistência jurídica leva à superlotação, porque uma defesa bem feita poderia levar o juiz a produzir uma decisão menos dura do que aquela que produzem.

Então, queria que o senhor pudesse falar sobre a qualidade da assistência.

Basicamente, são essas as perguntas inicialmente, para permitir que os colegas possam se manifestar. Se depois os colegas, por qualquer atividade, tiverem que sair, eu gostaria de fazer mais perguntas aqui para ficar registrado nos Anais da Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu indagaria aos Srs. Deputados se era melhor cada um fazer as suas colocações e os convidados responderem posteriormente, ou é melhor...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Em bloco.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Queria fazer só uma pergunta para o Dr. Calmon, para completar.

Se o senhor acha conveniente, útil se estabelecer em lei que os defensores públicos também façam visita nas penitenciárias. Hoje, é obrigatório os juízes irem e não vão, a grande maioria não vai; é obrigatório o promotor ir, a grande maioria



também não vai. Mas na CPI - eu, pelo menos, vou sugerir e já adianto - vamos estabelecer como crime omissão de autoridades que descumprem a lei em relação ao sistema penitenciário.

Então, queria saber se o senhor concorda de transformar em lei a obrigatoriedade de o defensor público mensalmente visitar os presídios?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, com a palavra ao nobre Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, Deputado Bruno Rodrigues; Deputado Domingos Dutra; Sra. Maria de Fátima; Dr. Fernando Calmon, colegas Deputados e Deputadas, quando eu ingressei nesta CPI, eu tinha uma visão monotemática no sentido de que nós deveríamos enrijecer o sistema penal. Até apresentei um projeto de lei, que já tramita nesta Casa, no sentido de que a contagem do prazo para progressão de regime fosse revisto e ampliado, porque, na nossa cabeça, antes de conhecer a realidade do sistema carcerário, pretende-se sempre punir. Entendemos que punição é a melhor ou a única das soluções para os problemas sociais que nós vivemos.

No entanto, depois de caminharmos, visitando, em diligências, algumas das nossas prisões, a minha posição, de certa forma, se equilibrou. Se, por um lado, eu penso que o peso da pena e da sentença deve ser efetivo, por outro lado, eu tenho constatado que o Estado brasileiro está completamente falido nessa questão, nessa problemática. E diria, Deputado Domingos Dutra, que isso não deve significar uma desesperança ou que esta CPI não venha alcançar os seus objetivos, mas, diria a V.Exa. que o prazo para que esta Comissão possa produzir resultados não deveria ser inferior a 100 anos e não apenas a 2 ou 4 meses.

Aprendi também com o Deputado Valtenir Pereira, que está aqui hoje, que, pelo art. 5º da nossa Constituição, inciso LXXIV, o Estado brasileiro prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Aprendi também, na leitura do inciso XXXIV, que a todos os brasileiros é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. E o que nós estamos assistindo, senhores depoentes, nas diligências que temos realizado, é que os encarcerados, os detentos, os presos estão absolutamente



privados também de qualquer resquício de direito para peticionarem, muitas vezes já encarcerados há mais tempo do que suas penas, ou sem auxílio médico, ou sem auxílio jurídico, e isso nos entristece muito.

Parece que esse é um quadro geral em todo o Brasil, com melhorias tópicas no Rio de Janeiro, em São Paulo ou, enfim, em algum outro Estado da Federação que eu ainda não tenha podido visitar. Tive exemplos muito edificantes lá no Espírito Santo. Ao lado de coisas muito ruins, vimos presídios de muito boa qualidade.

Portanto, eu queria perguntar a V.Sa. e também à Dra. Maria de Fátima se essas responsabilidades são indeclináveis dos Governos estaduais - indeclináveis. A responsabilidade pela manutenção do sistema carcerário é dos Governos estaduais.

Eu sei que o Deputado Domingos Dutra já tem uma pauta de visita aos Srs. Governadores. Antes era para verificar a questão da arquitetura prisional, ou a questão do policiamento nos presídios, muitas vezes feito de forma terceirizada, com profissionais ganhando o mínimo, mas agora, pelo que depreendo das palavras do Dr. Fernando Calmon, parece que o caos se alastra também pela Defensoria Pública. E um direito, inscrito na Carta Magna não está sendo considerado um direito fundamental: de o detento ter o auxílio de um advogado, de um defensor público, função que eu considero uma coisa sacerdotal, um direito fundamental dessas pessoas.

O Estado brasileiro não pode se sentir digno enquanto tivermos vivendo com esse tema carcerário indigno que estamos assistindo, vendo.

Agora a imprensa começa também a poder ter foco, porque ela acompanha a CPI. Se antes ela não podia entrar, por diversos motivos, agora ela ganha salvo-conduto, e vai noticiar para todo o País para ver a aberração da qual somos contemporâneos, silenciosos contemporâneos.

Eu queria perguntar, Dr. Fernando Calmon, basicamente a V.Sa., mas também à Dra. Maria de Fátima, se o fato de esses direitos esculpidos na Constituição, não ensejam ações, perante o Supremo Tribunal Federal, contra os Governadores que têm esse dever legal de prover esses direitos àqueles que estão sendo oprimidos, desassistidos, humilhados, ou se nós vamos continuar, ainda, vivendo este Brasil de tantas diferenças.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, convido a Deputada Cida Diogo. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, primeiro, peço desculpas, porque eu estava na Comissão de Direitos Humanos recebendo uma delegação de Moçambique e não pude assistir à fala dos convidados. Mas ouvi parte da fala do Deputado Xerez, que, com certeza, coloca o dedo na ferida do enfrentamento dessa questão.

Hoje, mais do que nunca, são reveladas situações, mesmo por causa da ação da CPI, do desrespeito que se tem. Por exemplo, a nossa Constituição, no art. 5º, diz que homens e mulheres cumprirão pena em estabelecimentos distintos. Lá, no meu Estado, a Paraíba, 20 detentas cumprem pena em cadeia masculina. Ou seja, nem a lei, nem a Constituição é cumprida. Então, nesse sentido, não dá para continuar falando de ressocialização, de reeducação, se não são dadas as condições para que isso aconteça.

Os nossos presídios - com exceções, há alguns que têm feito o trabalho - estão apodrecidos, corrompidos. O crime organizado tomou conta dos presídios, na sua maioria, que de lá comanda com toda a liberdade. Ainda até menos, porque não tem mais a disputa lá da quadrilha "a" com a quadrilha "b", fora os que se matam... Lá dentro, pelo menos, têm os agentes penitenciários dando proteção para que eles possam continuar agindo dessa forma.

Eu estive visitando e vi uma experiência na Itália, lá na região de Lácio, em Roma, onde estão os presos, os chamados traficantes internacionais, o pessoal da máfia, onde ocorre o seguinte: é um sistema que une trabalho, educação... E um aspecto importante é que o preso que tem a sua espiritualidade, tem a sua religião, também tem alguém lá que participa do processo de recuperação. Ou seja, não é algo... E a família do preso é atendida pelo sistema público, para que não entre no processo também. Porque a família era mantida pela ação criminosa, e ele é preso, como é que fica a família? Vai entrar também na... Então, o Estado tem que assumir, dando todas as condições para que ela não entre, também, na marginalidade. Então, eu acho que é possível fazer algumas experiências no Brasil.



Normalmente, se coloca para dirigir os presídios quem não tem competência. É uma indicação não pela inteligência; é um “QI” — quem indica —, normalmente. Pega-se gente que vem lá de uma cidade do interior, que é um funcionário, e fica lá, à disposição. No meu Estado mesmo, a maior parte daqueles que são agentes penitenciários não são do quadro, não passaram por concurso. São servidores públicos que vêm e ficam lá sem ter nenhuma competência, quando na realidade o agente penitenciário deveria ser um agente pedagógico, que ajudasse na questão da recuperação, da ressocialização.

Eu não vi, mas, com certeza, acho que a compreensão é de que o sistema atual tem que ter não apenas algumas mudanças; tem que haver uma revolução no sentido de que, para alguns presos que ali estão, as penas alternativas sejam aplicadas, mas aplicadas de fato. Porque, na realidade, você chega numa cadeia...

Um rapaz que matou um passarinho - que é um crime lá - foi preso. Lá no meu Estado aconteceu. O rapaz foi preso porque, inclusive, o passarinho, mais do que isso, era o passarinho do juiz da cidade. Então, o juiz resolveu mandar o coitado lá para João Pessoa e mandou colocá-lo numa cela juntamente com estupradores. Ele foi violentado logo no terceiro dia. E quando houve uma rebelião, lá, esse rapaz foi executado.

Na realidade, isso mostra que nós não temos uma política do sistema penitenciário. Normalmente se faz algumas experiências, mas não há continuidade.

Então, era mais um comentário que eu queria fazer, e dizer da importância que tem esta CPI para que nós possamos fazer uma mudança no sistema penitenciário brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o nobre Deputado William Woo.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente, Bruno Rodrigues; nobre Relator, Domingos Dutra; primeiramente, eu queria agradecer aos convidados, a Maria de Fátima de Souza e o Dr. Fernando Calmon, por virem aqui participar desta CPI.

Acho que o mais belo da sociedade é a gente poder absorver pontos de vista, alguns diferentes — também concordo com a fala de alguns, discordo de algumas falas —, porque, dependendo do seu papel na sociedade, você tem um ponto de



vista, e, de certa forma, cada um defende e tem o ponto de vista da corporação à qual pertence.

Eu, graças a Deus, tive a felicidade de ter uma base moral muito forte dentro da minha educação; tive a felicidade de ser filho de imigrantes. Tenho certeza de que os meus pais seriam diferentes se eles permanecessem no Japão. A imigração cria, no contexto familiar, uma outra forma de trabalho. Isso eu vejo nos meus amigos, que conheci no Brasil, que têm dificuldade de trabalhar, mas quando vão ao Japão trabalham 12 horas direto, inclusive aos sábados, e não reclamam. Não sei por quê, mas quando eles se tornam imigrantes num país do qual não conhecem a cultura, se transformam em outros.

Tive oportunidade de estudar em excelentes colégios, como o Colégio Bandeirantes, em São Paulo; ser formado em engenheiro mecânico e Bacharel em Direito, mas tive a experiência grata, o que muito me honra, de exercer os piores papéis na Polícia. Iniciei como carregador de cadáver, no Instituto Médico Legal, em São Paulo, no IML nº 05; tive a chance de ser carcereiro - porque nos distritos policiais quem fazia esse trabalho era o agente policial; tive a oportunidade de trabalhar no DEIC, tão conhecido; na delegacia de roubo a bancos; e atualmente estou no DENARC, Departamento de Narcóticos, em São Paulo, licenciado, para ser Deputado Federal.

Eu acho que faz parte de todos nós, políticos, sempre acreditarmos e termos a visão de uma sociedade utópica, porque é isso que faz a gente caminhar todo dia. Porque se a gente ver com clareza a sociedade, atingimos o objetivo e paramos, por já termos atingido os objetivos. Só que a realidade é outra; a presença, o dia-a-dia é outro.

Hoje, temos um problema claro - e eu gostaria... Se não for possível, eu vou ficar aqui até meio-dia e vinte. Peço desculpas ao convidados, mas eu gostaria muito de ouvir a resposta. Se a gente for buscar as causas de tudo, sempre teremos razão e motivo para praticar um ato.

Acho que todos nós acreditamos que, quando a sociedade for mais capacitada para preparar e receber informações e tomar decisões, teremos uma sociedade melhor.



Primeiramente, eu queria saber opinião sobre a videoconferência. É lógico que o direito em plenitude... Seria muito melhor que, em todas as ações, tivéssemos a presença de todas as partes. E presença ao vivo, com toda certeza, concordo. Mas hoje, várias audiências são canceladas e, às vezes, há demora pelo deslocamento e também não há gente suficiente para esse trabalho. Eu gostaria de saber a opinião de ambos sobre a videoconferência na situação do País, hoje. Nós queremos um país melhor para o futuro.

A segunda questão — a ação, como a opinião...

O Supremo fala que o réu tem direito a participar de todas as oitivas. Ficamos sabendo, agora, da participação de um juiz que tem dificuldade de ouvir uma testemunha, porque o Beira-Mar tem o direito de estar presente, e parece que no país vizinho ele tem um inimigo, que o jurou de morte. A matéria eu li rapidamente, vocês devem ter maior conhecimento, quando isso é o que dificulta no sistema jurídico, que temos, hoje, na realidade do País.

A segunda questão - sei da corrupção, sei da culpa da nossa sociedade - é da telefonia celular. O Governador José Serra tentou emplacar, talvez pelo *lobby*, pela pressão, que a responsabilidade da comunicação ficaria para as operadoras. É lógico que seria muito melhor se a gente tivesse equipamentos necessários para evitar a entrada, mas hoje é quase inviável com a carceragem que a gente tem hoje, com os valores que a nossa sociedade tem, hoje. Temos problemas no funcionalismo, na administração pública, na política. Agora, tivemos exemplos péssimos, porque a maior imagem que a gente tem são os reitores — estamos tendo problemas com reitorias —, e temos problemas na iniciativa privada, também.

Então, como ficaria, hoje; ser drástico, mesmo: se é favorável ou não a se colocar a responsabilidade para quem tem agilidade... Porque nós, administradores públicos, só podemos fazer o que a lei permite. A iniciativa privada só não pode fazer o que a lei proíbe. Então, a agilidade de proibir, colocar a responsabilidade para as operadoras de telefonia...

A outra opinião é triste: temos casos irrecuperáveis. Sabemos que, infelizmente, o Estado falhou. Hoje, talvez, nem tentou recuperar, mas quando se chega a um dado claro, que sabemos que é irrecuperável, deveríamos ou não dar a liberdade mesmo a quem tem direito, por lei? Deveríamos ou não colocá-lo numa





sociedade que não vai empregar, porque é preconceituosa? Ninguém quer resolver o sistema carcerário. Como a Fátima de Souza falou bem, não são somente os políticos ou os governantes; é a própria sociedade. Na sociedade, hoje, a gente pára o trânsito para ver a desgraça de alguém que morreu dentro de um carro, amassado, só que, se alguém pedir ajuda, ninguém pára o trânsito para ajudar. Se o *Jornal da Globo* falar, toda noite, de ações positivas que acontecem no Brasil o dia inteiro, ninguém assiste; tem que haver uma desgraça, ter a chamada, para todos assistirem. Essa é a sociedade, não vamos ser utópicos.

Então, eu gostaria também que a Fátima me respondesse: será que a nossa sociedade está pronta — deve ser bem clara, falar claramente — para absorver? E a facção ter tanta notoriedade que, às vezes, criam-se novas facções, porque eles não têm uma bandeira para agarrar, têm uma capacidade de trabalho superior, não porque são melhores, mas porque têm o dia inteiro para pensar.

Eu, quando vou me debruçar num projeto, me tranco, tenho aquele horário. Nós, na atividade, todos nós, temos a preocupação de buscar um filho na escola, o compromisso com a sociedade, ir a uma festa de aniversário. Dificilmente você pára somente para a sua atividade. O preso tem a vida inteira, o tempo em que ele está preso, só pensando na atividade criminosa, que dificulta mesmo o trabalho. Então, será que todos os jornalistas não têm também a responsabilidade de fazer um trabalho, perante a sociedade em que ela trabalha, ou levar toda a transparência, e achar que a nossa sociedade está plenamente preparada para receber todas essas informações claras, e tomar a melhor decisão e, de certa forma, não incentivando a criação de novos grupos, mostrando o fortalecimento de toda atividade criminosa no País?

A ambos, queria agradecer muito por aceitar o convite desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Obrigado, Deputado Willian Woo.

Passo a palavra ao Deputado Felipe Bornier, que é o quinto; em seguida, faremos um outro bloco com a Deputada Jusmari, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Marcelo Itagiba, Paulo Abi-Ackel e Alexandre Silveira.

Com a palavra o Deputado Felipe Bornier, por 5 minutos.



**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, agradeço aos expositores pela presença que, com certeza, muito vem ajudar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não posso aqui deixar de ressaltar a coragem dessa mulher guerreira, nossa jornalista, Maria de Fátima, por denunciar, se não a maior, uma das maiores facções criminosas do País. Sem sombra de dúvida, a senhora deve ser muito ameaçada.

O Relator falou, desde o início, é claro, se houver a necessidade de se unir esta CPI numa sessão secreta para conversarmos um pouco mais... Porque, de fato, é uma oportunidade única que nós temos única de uma CPI, que está em pleno funcionamento - temos aí mais dois meses pela frente. E essa oportunidade, claro, de fazer algo para a sociedade, fazer algo para que venha minimizar, realmente, esse sistema carcerário que se encontra falido. Então, mais um motivo de se juntar. Acho que pode ser hoje, à tarde, ou em outra oportunidade, logo depois que sairmos daqui, porque acho que a senhora tem muito a nos falar, e nós temos muito a fazer. Acho que a vontade, aqui, do grupo é grande; e a oportunidade, quem sabe, a única ou a maior.

Então, faço esse convite, aqui, pessoalmente.

Eu sou integrante titular desta Comissão. Tenho certeza de que todos querem muito ajudar. Claro que é uma bomba, é um problema muito grande a ser resolvido. Mas se a gente tiver - como o Dr. Calmon - uma visão mais sistemática, uma melhor organização, temos muito a colaborar.

Quero fazer uma pergunta aqui ao Fernando Calmon, que citou alguns projetos de lei que, realmente, têm muito a melhorar o sistema penal. Gostaria de que ele citasse quais são os projetos de lei. Desde já, se debruçar juntamente a esta Comissão sobre outros novos projetos de lei que esta CPI terá a oportunidade de apresentar, não é? O Relator volta e meia fala disso, haverá vários outros projetos.

Então, essa é a oportunidade de colocar pessoas realmente como vocês, que têm uma experiência, muitas vezes, até maior do que nós, Parlamentares, nesta Casa. Porque, se juntarmos essa força, faremos projetos de lei que venham a minimizar esse sistema que está cada vez mais problemático.

Desde já, era só isso que eu gostaria de falar e colaborar para esse debate. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Obrigado, Deputado Felipe.

A Deputada Jusmari fez um apelo para usar logo do tempo em função de outra agenda. Deputada Jusmari, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Obrigada, Presidente, pela compreensão.

Gostaria de cumprimentar os convidados da CPI para falar sobre questões importantes para o nosso trabalho e colaborar também com o desenvolvimento do nosso País.

Gostaria de destacar, aqui, as colocações da Dra. Maria de Fátima.

Infelizmente, temos que concordar com elas, e concordar com o fato de que ela fala a mais pura realidade. A classe média do nosso País, e a sociedade como um todo, tem esse sentimento de que, quando um cidadão é preso, mesmo antes até de chegar a conclusão de que ele é inocente ou culpado, já se espera que nunca mais esteja na sociedade. A impressão é de que ali acabou a vida do cidadão. Até nós, que militamos nas questões dos direitos humanos, temos a oportunidade de ouvir pessoa dizer: “ah, lá vai a Deputada que gosta de soltar preso, que defende criminoso, que defende bandido”. Infelizmente, é essa a visão e nós temos que concordar com isso.

Esperamos que, nesta CPI, possamos discordar de V.Sa de que toda CPI vira em pizza; que esta aqui possa dar um resultado real para o País. Eu acredito que ela já vem dando, pelos levantamentos, durante as ações feitas pela CPI, principalmente pelo Relator, pelo Presidente, pelos Deputados mais assíduos. Porque, pelos Estados por que estamos visitando, os casos que estamos acompanhando, a CPI tem tido repercussão e aceitação positiva por parte de autoridades que passam a agir diferente depois do movimento da CPI nos seus Estados.

Eu queria reforçar uma coisa que o Deputado Willian e o Relator disseram. Só queria complementar. Aqui, mesmo, nesta Comissão, autoridades — eu não lembro quais, se lembrasse diria o nome — nos disseram isto: “O PCC não é forte; ele é uma organização fraca, e praticamente uma organização falida”. Outro disse: “Não, Deputados, nós não podemos creditar fatos ao PCC, porque a imprensa coloca isso



em âmbito nacional e isso faz com que a facção seja fortalecida”. Isso foi, mais ou menos, o que o Deputado Willian Woo disse aqui.

Então, passa a haver isso. Hoje, os jovens não têm bandeira. No meu tempo, a gente se apegava a Che Guevara. Os jovens têm vontade de ser revolucionários e não têm motivos para revolução. De repente, a bandeira principal passa a ser a do PCC. Talvez, nesse sentido, essas pessoas falem nisso.

Gostaria muito de ouvir da senhora, que é conhecedora da sociedade, talvez um dos conhecimentos mais profundos sobre a facção, jornalista e escritora, com certeza com um senso de sabedoria e percepção muito maiores do que o nosso, a sua opinião sobre isso.

É importante destacar na imprensa que a ação tal foi do PCC. O PCC é forte, o PCC é fraco? Qual é a sua visão sobre isso? Para nós, é muito importante uma colocação sua pela importância, conhecimento e destaque do seu trabalho.

Ao Dr. Fernando, gostaria de colocar o seguinte. A Constituição dispõe sobre a função da Defensoria. O Relator disse muito bem aqui que, nos presídios que temos visitado, temos algumas gratas surpresas de o detento dizer “não, eu não tenho problema; o meu advogado vem todo mês me visitar. Este mês, ele chegou a me visitar 3 vezes dada a situação do meu processo”. E quem é o seu advogado? É o defensor público. Isso nos dá uma alegria muito grande. Mas são raras essas situações. Na maioria, como até no caso do Pará, eles dizem: “não, a Defensoria Pública nunca esteve aqui”. Mesmo em Estados em que ela existe; em Estados, como o senhor até citou, que estão avançando na questão de fortalecimento da Defensoria Pública.

Queria perguntar ao senhor: como é feito o trabalho da Associação Nacional? É claro que ela tem um trabalho de conscientização dos governantes estadual, federal e municipal, da necessidade da Defensoria Pública como um instrumento para que realmente se conquiste a cidadania, o direito da defesa dos excluídos. Como é feito esse trabalho para a conscientização desses governantes? E como é feito o trabalho da associação na conscientização dos defensores públicos que devem fazer um trabalho real, verdadeiro, e não só o faz-de-conta? Eu estou aqui e pronto.



Deputado Domingos, até essa idéia de obrigamos, em lei, a visita ao presídio, de nada adianta a pessoa ir todo mês ao presídio se ela não tem um comprometimento real com a sua causa, a sua obrigação, a sua missão — não vamos colocar obrigação, porque não é isso — de estar ali, naquele presídio, naquela cadeia pública, naquela delegacia, para acompanhar o cidadão seja qual foi o crime que ele cometeu, para defendê-lo, para dar a ele o direito da defesa.

Gostaria de sugerir à associação e também à CPI, à Câmara dos Deputados, que façamos não diria um mutirão, mas uma campanha que dê visão nacional, uma ação nacional, da Defensoria Pública nos dois sentidos: na conscientização dos governantes da necessidade de tê-la e, onde houver, de fortalecê-la e conscientizar os defensores da necessidade de realizar esse trabalho. E aí, com um caráter de mutirão, no sentido de repente, junto com a CPI — há tantos dados levantados na visita aos presídios — a Defensoria Pública pudesse ir pegando, preferencialmente, esses casos que a CPI levantou e, depois, todos os outros que não têm tido andamento por falta do acompanhamento do advogado ou do defensor.

Eram essas as minhas colocações. Vou sair um pouquinho, Relator, mas volto imediatamente para terminar de ouvir a resposta deles, que é muito importante para nós. Muito obrigada aos dois pela presença. Esperamos que possamos ter, por meio de vocês, instrumentos importantes para o nosso trabalho aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Obrigado, Deputada Jusmari, volte mesmo porque, senão, a Comissão fica desfalcada das mulheres.

Também concordo com V.Exa. sobre a crença de que as CPIs não dão em nada. Todas elas chegam a algum resultado, embora não seja o resultado que muitos desejam. Este Congresso é a maior prova de que ela dá resultados - Deputados, Senadores, até um Presidente da República foi cassado por conta de uma CPI.

Vou fazer agora a inversão. Concedo a palavra ao Dr. Fernando Calmon; em seguida, à Dra. Fátima de Souza.

**O SR. FERNANDO CALMON** - Sr. Relator, vou responder primeiro às perguntas formuladas por V.Exa. Estados que estão fazendo de conta, objetivamente: Santa Catarina; Paraná, infelizmente, tem problema grave; Amapá; Goiás e Rio Grande do Norte. Temos uma diversidade enorme de Estados com



dificuldades, como o Maranhão, o Estado de V.Exa. No Maranhão, a Defensoria Pública teve que entrar com uma ação judicial no Supremo contra o Governador do Estado para garantir um recurso orçamentário ínfimo, inclusive. Isso é um absurdo! Porém, hoje, a Constituição Federal garante a autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública porque esta Casa aprovou. Isso ajuda muito porque, muitas vezes, não interessa ao Governo que a gente faça esse tipo de trabalho, Deputado. Não interessa. Se não houver autonomia, como tem o Ministério Público, para trabalhar exatamente nessa linha de frente e tirar debaixo do tapete toda essa sujeira e colocá-la para fora, vamos padecer disso sempre. Volto a insistir que precisamos ter uma visão sistêmica.

Não adianta falar só de Defensoria Pública, porque também tem o policial que trabalha lá, ou seja um desviado de função — agente carcerário ou policial civil —, está em situação muito ruim e acaba tendo que se vender ao sistema. Só para pontuar, Presidente, recordo-me de que, ano passado, eu recebi um telefonema de uma jornalista, não me lembro bem se foi do *Globo* ou do *Jornal do Brasil*, dizendo assim: “O que o senhor tem a dizer sobre o fato de o Sr. Fernando Beira-Mar estar pagando advogado para os presos que estão dividindo a pena com ele?” Não sei se o fato é verdadeiro ou não, estou dizendo que a jornalista me perguntou isso. O que você acha? Isso é subversão do sistema, isso é ausência do Estado, que se faz forte e presente, e não pode ser improvisado naquele momento ali.

E óbvio que os caras vivem disso, ou seja, da ausência de espaço. Então, eles ocupam esse espaço, que não existe. Então, eles estão lá trocando favor. Esse cara está fazendo o quê? De graça, para ele, ou seja, para os demais presidiários que ele está atendendo? Não. Alguma coisa aqui fora ele está atendendo, que vai atentar contra o policial, Deputado Willian Woo, Deputado Itagiba; que vai atentar contra um promotor, contra um juiz, contra a sociedade em geral.

Enfim, nós temos problemas no Acre, no Amazonas; está crescendo em Rondônia, mas, precisamos sair disso. Vou pontuar, já respondendo à questão da responsabilidade dos Governadores.

O Supremo decidiu ano passado que a Defensoria Pública não pode ficar subjugada a uma Secretaria de Estado, porque ela tem que ser um órgão autônomo. Isso está na decisão do Supremo, em ADIN promovida pelo Estado de Pernambuco,



inclusive. Decidiu está decidido. Alguns Estados mantêm a Defensoria Pública sob o julgo de uma secretaria, como se fosse um órgão do Executivo comum, e não pode ser assim. É um órgão do Executivo comum, como o Ministério Público, mas não pode ter um tratamento comum, porque senão iremos acabar fazendo o que o governante quer sempre. Porque se os seus recursos orçamentários estão presos a essa determinação do Estado, fica muito difícil.

A segunda pergunta é sobre salários. Temos o céu e o inferno, Deputado. Isso responde à terceira pergunta do senhor: a evasão. Temos Estados, como o da Paraíba e o de Pernambuco, muito ruins. Mas nós temos uma boa remuneração em Estados como o Rio de Janeiro, como Mato Grosso do Sul, por volta de 4 mil reais. Por que é ruim, Deputado? Falar em 4 mil reais, assim, falar em valores é estranho, porque o sistema é assim. Você trabalha do lado de um promotor que ganha 22 e o cara ganha 4. Isso subverte o sistema. Por quê? É a terceira pergunta do Relator. Começa a surgir a evasão. Começa-se a formar o defensor, que é complicado formar, arrumar um profissional que tenha vocação, que se submeta a esse tipo de trabalho, que é uma carga de trabalho horrível, não é luxuoso, não traz nenhum tipo de benefício próprio; monta o profissional e o forma e o perde para o Ministério Público ou para outras carreiras jurídicas como, por exemplo, Procurador de Estado, que estão recebendo mais. Então, falar sobre salário, na verdade, é falar sobre a unificação desses recursos, pelo menos de forma aproximada, para que não haja essa evasão. Mas, com certeza, no lugar em que temos melhores salários nós temos mais exigências. Isso é natural. Sei como posso ver isso.

Eu tive a pergunta também sobre se é razoável um defensor atender 1.500 presos. Claro que não é razoável, Deputado Relator. Não é razoável. Eu só exemplifiquei para nós entendermos qual é a angústia que nós vivemos neste momento, agora. É complicado. Nós estamos trabalhando com qualidade. Existe o Conselho Nacional de Defensores Gerais, em que se discute sempre o aspecto atendimento/qualidade. Para atendimento/qualidade, a única coisa que precisamos fazer é ter consciência orçamentária. Isso se inicia aqui nesta Casa. E como Defensoria Pública é uma obrigação do Estado, não é só da União, nós precisamos de que isso se passe para os nossos colegas Parlamentares estaduais. Obviamente, o Executivo tem sensibilidade para isso. Nós estamos avançando em alguns



Estados orçamentariamente, porque a questão da autonomia orçamentária é muito nova. Nós iniciamos isso em 2005. Existe um relatório/diagnóstico do Ministério da Justiça que fotografa isso muito bem, a evolução da Defensoria Pública entre 2004 e 2006, por conta da nossa aplicação orçamentária, e isso vem trazendo resultados, sim. Na prática, nós podemos dizer: bons resultados.

Vou dar um exemplo positivo na área de execução penal. No nosso Estado de Mato Grosso, recentemente... Existe um prêmio da Justiça, um prêmio chamado Innovare, que procura retirar as melhores práticas do ano e faz uma premiação, com Presidente da República, Ministro da Justiça etc. E, no Estado de Mato Grosso, o Núcleo de Execução Penal do Estado de Mato Grosso foi premiado, porque apresentou um programa interessantíssimo de atendimento ao preso. Então, isso facilita muito. Evidentemente, é um programa restrito ainda à capital, porque faltam defensores públicos no Mato Grosso. Precisamos ter mais defensores.

Existe um quadro de 160 e, atualmente, só há 118 Defensores. Se se aumentar o quadro, teremos possibilidade de colocar mais colegas na execução penal. Esse programa foi premiado. É do Brasil, escolhido no Brasil, um programa simples e de grande exportabilidade. Portanto, nós temos, sim, trabalhado com qualidade. Nada é razoável.

Nós precisamos entender o momento político ou histórico que nós vivemos, e esse momento é de afirmação orçamentária, Deputado! Porque, sem orçamento, não há condição de ter algum tipo de trabalho que perdure. É só improvisação, que é o que estamos fazendo há muito tempo, improvisando, improvisando e improvisando... Nós temos que sair desse ciclo e entrar no ciclo mais profissional, sem improvisação. Temos, sim, com autonomia... Encaminha-se a lei orçamentária para o Legislativo, e o Legislativo vai dizer: “Vão, sim. É necessário se fortalecer a ação da Defensoria Pública junta à execução penal.” Portanto, no Estado de São Paulo, vamos melhorar; portanto, nos Estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro etc. nós precisamos ter essa consciência e parte daqui, desta Casa federal, porque muitas vezes a resistência está no Estado.

Tranqüilamente, nós temos grandes problemas nos Estados que não querem — não digo nem perder — serem submetidos a mais um órgão de controle.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - V.Exa. tem 3 minutos para concluir.

**O SR FERNANDO CALMON** - Encerrando já, Excelência. O Deputado Ayrton Xerez falou sobre responsabilidade declinada dos Governadores. Isso tem a ver com o que nós estamos colocando aqui.

E vou responder, então, a pergunta do Deputado William Woo sobre videoconferência. Deputado, veja bem: vou falar pessoalmente. Isso não é uma posição da classe. Volto a pilar. O que acontece na prática? O Judiciário tem orçamento. Então, ele abre uma Vara e nós temos que correr atrás, nós temos que improvisar. Então, por exemplo, vamos criar um programa: videoconferência. Então, eu licito, compro o material, coloco um receptor aqui, um transmissor ali, e vamos começar a videoconferência. E a Defensoria Pública, que faz 99% dessas audiências, Deputado? Alguém parou, sentou para perguntar se nós tínhamos condição de estar lá, naquele momento, no presídio? Essa falta de visão sistêmica é que corrompe o nosso sistema, na verdade, para ser redundante. A falta de visão está corrompendo, porque nós estamos sempre tendo que correr atrás, e correndo atrás de problemas graves.

O que aconteceu em São Paulo? Instituiu-se a videoconferência e ninguém parou para combinar o jogo com a gente. Isso é muito grave. Por que não se senta, não se faz? Hoje, em alguns Estados — vamos novamente relevar —, senta-se para criar planejamento estratégico conjunto. Por que não pode o Judiciário crescer sem o Ministério Público, sem a Defensoria? Não pode, porque senão vai ficar faltando alguma coisa. E, aí, obviamente, alega-se no Supremo que isso está ferindo direitos individuais. Claro, o Supremo vai se manifestar nesse sentido. Não pode ter.

Agora, o Estado cumpre a sua obrigação de ter Defensoria Pública forte ou pelo menos razoavelmente? Não precisamos ter os mesmos salários dos Juízes nem dos Promotores. Não estamos defendendo isso aqui. Nós precisamos ter investimento na instituição e consciência política que começa nesta Casa, porque nós precisamos avançar e fortalecer uma instituição que garante a qualquer cidadão, inclusive no Direito Penal, a qualquer cidadão, o direito de ter assistência jurídica integral. Só para terminar, Sr. Relator, nós trabalhamos — sinto que a Deputada não está aqui mais —, sim, na conscientização dos governantes. Existem associações



estaduais e a Associação Nacional faz esse trabalho. Vamos trabalhar mais junto na CPI. Nós, a pedido do Presidente, vamos enviar alguns Defensores Públicos aqui para trazerem esses dados e orientar o melhor que for preciso, inclusive Defensores que atuam na área de execução penal, que não é o meu caso.

E, Deputado, também sobre a questão, por exemplo, dos presos, dos psicopatas etc. e da operadora de telefonia, isso é um assunto que daria para fazermos um seminário. Mas existem soluções para isso. E nós temos vários, realmente, projetos de lei. E, Deputado, há uma pergunta que V.Exa. fez. Sou muito favorável à obrigatoriedade. Aliás, isso, para mim, já está na lei, explícito. Eu li aqui, antes de começar: Função Institucional do Defensor Público; art. 4º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994: *“Atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando a assegurar à pessoa, sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais.”* Isso aqui é uma norma que está em vigor.

Portanto, que eu saiba, o Defensor Público é obrigado a ir ao estabelecimento policial. Se tem problema para entrar no estabelecimento, é outra coisa que nós temos que trabalhar sistemicamente. Mas é obrigado a ir.

E mais: a partir da Lei nº 11.449, aprovada nesta Casa, o Defensor Público recebe da Polícia a comunicação do flagrante em 24 horas. Portanto, ele tem que agir com a comunicação de flagrante e tomar as providências necessárias, como qualquer pessoa poderia ter tomado. Essa é um lei fantástica, aprovada por esta Casa, que já está em vigor desde janeiro de 2007. Portanto, já tem um ano, com bons resultados, mas precisamos avançar sistemicamente. Por enquanto é só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Dr. Fernando Calmon. Concedo a palavra à Dra. Fátima Souza.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Volto a dizer que não sou doutora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - A Sra. Fátima Souza, jornalista, está com a palavra.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Obrigada. Mulher fala demais. Se o negócio ficar apitando para a gente parar de falar, é triste. Parece



aqueles debates da *Globo*. A gente fica meio intimidada. Eu já respondo tudo que V.Exa. perguntou, mas respondendo ao Deputado Felipe Bornier, tenho disposição para a gente fazer uma conversa fechada, para sentar e conversar mais, se for o caso, ou voltar aqui, se for o caso. São 2 meses mais à frente. Então, estou disposta para conversar mais, porque já vi que o tempo é curto, vai muito rápido. Então, estou à disposição.

Respondendo as perguntas do Relator, com relação à aplicação do dinheiro do PCC. O que posso garantir é que o PCC ganha muito dinheiro. Isso eu posso garantir.

Em 2004, um documento encontrado pela Polícia paulista, mostrava que o PCC faturou naquele mês — lucro, heim, lucro — 1 milhão e 200 mil reais, do mês de março de 2004. Isso já pagando a propina da Polícia, do agente penitenciário, o enterro do companheiro, o aluguel de armas, dinheiro para fazer seqüestro. Existem quadrilhas especializadas em seqüestro. O PCC é especializado em tipos de crimes diferenciados. De lucro, 1 milhão e 200 mil reais. No que ele aplica esse dinheiro hoje, além de postos de gasolina, principalmente na região do ABCD paulista, onde há muitos postos de gasolina pertencentes à facção? Aplica em farmácias, espalhadas, muitas na zona leste de São Paulo e outras também no ABCD.

E agora o PCC está tentando ingressar num novo negócio. Parece que já conseguiu — essa informação eu gostaria de dar reservadamente. Ele está aplicando em casas noturnas. Ele está comprando casas noturnas em São Paulo, para lavar dinheiro e aliciar jovens. Um moleque que vai ao forró, se tiver droga, é o caminho para ele. É o caminho que o PCC quer. Então, temos o PCC fora das grades de uma forma muito perigosa. Em São Paulo, como a gente sabe, estima-se que hoje, do lado de fora, o PCC tenha 40 mil soldados à disposição dele, somando simpatizantes, que é algo engraçado. O PCC tem simpatizantes, comerciantes que dão dinheiro por mês, simpatizantes. Até hoje eu não consegui entender isso, mas é uma realidade. As pessoas se simpatizam com o PCC, ajudam o PCC, financeiramente ou oferecendo ponto para encontro ou oferecendo ponto para tráfico de drogas. Daí, sim, já é comércio. Ele leva o dele. Mas, enfim, as casas noturnas são o novo alvo do PCC. E os jovens dessas casas noturnas são o alvo também do



PCC. Ele teria as duas coisas juntas: ele levaria o dinheiro e teria o jovem subjugado a ele para esse consumo e venda de drogas.

Então, principalmente, o PCC aplica em dinheiro para seqüestro, em quadrilhas, para especializar quadrilhas para seqüestro, para assalto a banco, compra de arma, mas aplica também em farmácias, postos de gasolina e, agora, nessa novidade, que são as casas noturnas, onde o PCC está conseguindo entrar.

Em relação à hierarquia, o PCC, como eu falei, é muito organizado. Ele talvez tenha crescido tanto porque funciona a hierarquia. Há o chefe, o chefe passa para o subchefe, que passa para o piloto, que passa para o torre, que passa para o soldado. Então, eles têm uma hierarquia, que é como uma empresa mesmo. Eles têm um organograma. Aqui, está o Marcola; do lado direito do Marcola, está o GG do Mangue; no outro lado, o Juninho Carambola; abaixo, viriam os torres. Os torres são encarregados de presídios. Então, cada presídio dominado pelo PCC tem o seu torre. Abaixo dele vem o piloto, que é o encarregado de cada ala do presídio, para ver o que está precisando ali, quais os problemas, passar para o torre, que passa para o subchefe, que passa para o chefe. No final de tudo isso, o soldado, que é aquele cara que saiu na rua durante aqueles terríveis dias em São Paulo e executou o que veio de cima. Então, hierarquicamente, o PCC é como uma empresa. O meu chefe manda, vou para rua, faço uma reportagem, o cinegrafista tem que gravar o que eu peço, o editor vai editar de acordo como a gente fez. É uma hierarquia muito respeitada.

Diferente de mim — se eu não levar a matéria, eu posso ser demitida, mas não morro; lá dentro, não. Lá, o cara, se não obedecer, não sair para a rua, não matar o soldado, não cumprir a função dele, ele vai morrer.

Pós-ataques, lá em São Paulo, nós tivemos a morte de 7 bandidos ligados ao PCC, porque não cumpriram a determinação. Receberam a ordem e não cumpriram. Deixaram de matar, deixaram de atirar, não tiveram coragem, oportunidade, e morreram por causa disso. Então, é uma hierarquia forte, organizada, e obviamente bastante violenta.

Com relação à participação de advogados, juízes, promotores, isso não é uma exclusividade de São Paulo. Temos, sim, denúncias, principalmente de



participação de juízes, em vários locais do País, que, mediante dinheiro, facilitam a vida, mudam a ficha, enfim, conversas que todo mundo já ouviu falar.

Com relação a advogados, hoje acho que é absolutamente aberto e notório. Uma advogada veio a esta Casa, a conversa foi gravada, vendida, negociada, virou, inclusive, parte do meu livro. Treze advogados foram presos em São Paulo por participarem da facção criminosa PCC, serem aliados ao PCC, formarem quadrilhas com o PCC.

Então, já não há nenhuma novidade em relação à participação de advogados. A mulher do Marcola, a primeira, assassinada, era advogada. A segunda, com quem ele casou, e está grávida agora, é advogada; acaba de ser condenada a 8 anos de prisão por formação de quadrilha. Os advogados participam e as advogadas se apaixonam. Então, o negócio é bastante complicado.

Em relação a promotores, a gente ouve poucas denúncias. Algumas, sim; poucas, porém. O maior problema que eu vejo em relação a promotores é medo. Eu me deparo constantemente com promotores que dizem: *“Olha, eu não vou falar na sua matéria porque eu estou com medo”*. Eu digo: *“Promotor, eu também tenho, mas e se eu não fizer? Como é que fica se ninguém falar?”* *“Ah, não, eu tenho família, não dá, não dá.”* Então, assim, quem tem medo do PCC? Sabem aquela história, quem tem medo de Virgínia Woolf? Quem tem medo do PCC? Todo mundo. A polícia tem, Promotor tem. Promotor fala: *“In off, eu falo”*. Eu virei repórter de *off*, gente; é tudo *in off*, porque o cara não quer dar a cara. E ele não quer dar porque ele tem medo, porque ele não tem coragem, sabe? E, às vezes, não é que eu tenha coragem, não; eu também tremo de medo, e depois eu tenho que tomar uma cerveja e fazer sexo para relaxar, porque não é fácil, não, o seu telefone tocar e você ser ameaçada o tempo todo.

Mas a gente tem que continuar brigando, falando, fazendo CPI e se expondo, porque, se não, a gente compactua, corrobora e não resolve uma situação muito complicada, que é aonde a gente chegou. Eu acho que, quando a gente chega com Juiz, Promotor e Polícia com medo do PCC, então, eu também vou me esconder. A gente não tem mais nada para fazer, então. Ou, então, é levar a sério e fazer mesmo. Ou todo mundo se esconder e esperar o PCC atacar e ver quem ele mata, quem morre, quem sobra, e quem é corrupto e não leva bala.



Eu não sei se eu respondi a todas as perguntas elaboradas pelo senhor; eu creio que sim. Depois, o Deputado Ayrton Xerez fala da responsabilidade do Governo em relação a responder pelo que acontece nas cadeias.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Ah, por que o Estado demorou tanto. Quero fazer um esclarecimento. Eu não sou PT nem PSDB nem PMDB, eu não tenho partido, meu partido é o jornalismo. Então, quando eu desço o cacete no Alckmin, vocês vão ler isso no meu livro, ou no Secretário Nagashi ou em outros, é estritamente profissional e por incompetência do Governo naquele período, naquele momento e neste assunto que eu estou falando. Em outros, eles podem até ter cometido alguns acertos. O Governo demorou. Eu, pessoalmente, fiquei 7 anos seguidos falando que o PCC existia, que o PCC era forte, que o PCC estava crescendo e ouvi desses Secretários e desses Governos que não era verdadeiro.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Fátima, pela oportunidade, por que o Nagashi deu tanta moleza para o PCC?

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Oi?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que o Nagashi deu tanta moleza para o PCC?

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Pois é, a gente passou daquela história de um colocar no colo e o outro dar porrada, que foi o que aconteceu com a saída da Nagashi e a entrada do Ferreira Pinto. O Nagashi tinha, talvez, boas intenções, mas pouco pulso, né? Ele tinha, talvez, pouco pulso.

O PCC conseguiu, de certa forma, um domínio dentro da Secretaria de Administração Penitenciária, porque, se a Polícia tem, se o Promotor tem, se o Juiz tem, o Secretário também tem medo. E, talvez, não só medo, mas a gente está falando de eleição próxima. Então, você precisa de um PCC calado, você precisa de um PCC que não faça rebelião. A eleição estava chegando. Então, você não pode deixar o Alckmin desmoralizado, né? Ele é candidato.

Eu estou dizendo isso em geral. Também se fez isso no Rio de Janeiro, né? Calou-se, no Rio de Janeiro, o Sr. e a Sra. Garotinho, em situações que existiam, fingindo que não existiam. Então, isso é uma prioridade de político, de Governo. Então, escondeu-se porque as eleições estavam próximas e não era interessante



que o PCC estivesse nas manchetes cotidianamente. Olha, gente, o Estado fez uma tocaia para o PCC. O Alckmin ganhou a eleição matando 12, numa fajutice que foi feita pelo Governo e pela Polícia. Não existia avião pagador em Sorocaba, nunca existiu avião pagador em Sorocaba. A polícia, compactuada com o Governo, fez uma tocaia muito bem feita, estilo FBI, e matou 12. No dia seguinte, parecia até que eles sabiam que 12 iam morrer, porque os caras morreram num dia e, no outro, já estava na campanha do Alckmin. Vai ser rápido assim para gravar uma campanha, não sei onde: morreram 12; com o Governo é assim, o PCC mata. Então, primeiro o Governo fingiu que não viu. Depois, quando ele viu, ele fez questão de fingir que não estava vendo. E, quando ele teve que ver, que foi na rebelião de 2002, ele ainda subestimou, dizendo: *“Não, a imprensa exagera, o PCC não é tão forte, o PCC é fraquinho”*.

Surpreende-me hoje o Relator me dizer que representantes dessa situação ainda vêm aqui dizer que o PCC não existe. Acho que São Paulo viu isso na pele, viu isso com muitas balas na cabeça de muita gente, viu uma realidade que não é só dentro das cadeias, mas, como formigas, eles saíram das suas tocas, saíram matando como kamikases, dispostos a obedecer a ordem do chefe, coisa que pouquíssima gente tem disposição a fazer; dos nossos subordinados e nossos superiores, pouca gente sai com tanta determinação para fazer, e os bandidos fazem. O PCC é forte, é grande.

Eu me lembro que, em 1996, quando eu fiz a denúncia, disseram que ele não existia; em 2000, o Governo repetiu isso; em 2001, o Governo repetiu isso; em 2002, o então Diretor do DEIC, Godofredo Bittencourt, disse que o PCC era um câncer extirpado, no meu microfone, para uma matéria que eu fiz pela Rede Bandeirantes de Televisão. O câncer não estava extirpado; ele estava crescendo. Ele, naquele momento, talvez estivesse no pé, na perna, e agora ele está no coração, ele está na cabeça. Hoje não tem mais uma parte, no sistema penitenciário de São Paulo, que não tenha o PCC como câncer. Se não for o PCC, é outra facção criminosa.

Então, a gente está falando da mesma linha. O Deputado William Woo fala de pontos de vista. Que bom que não somos cegos, podemos ter pontos de vista diferentes, que ótimo que enxergamos. Eu vou falar para o senhor das operadoras. Obviamente, a minha opinião pessoal de jornalista é que é absolutamente ridículo o



Estado jogar na responsabilidade da operadora o preso poder usar o celular na cadeia. Não. É responsabilidade do Estado que o celular não entre na cadeia. Então, que diabo é isso? Que inversão é essa? Eu penso assim... Em São Paulo, passou das 10 horas da noite, a gente só pode tirar 100 reais no caixa eletrônico. Eu não sei qual é em outros Estados o valor. Mas a gente podia tirar 600 reais. Ah, mas tem bandido. Vamos caçar o bandido? Não, vamos impedir o cara de tirar dinheiro. Quer dizer, isso é maluco, é o que o Governo está querendo fazer. A operadora que se vire para não funcionar lá dentro. Não, a operadora vai fazer o telefone funcionar para todo mundo, e o Governo vai fazer de uma forma que o telefone celular não entre na cadeia, o que me parece o mais óbvio.

Então, agora, o Governo vai fazer uma lei que vai impedir a Taurus de fabricar revólver, a CBC de fabricar bala, porque entra revólver e bala na cadeia. Como é que faz? Que história é essa? O senhor disse que os presos ficam na cadeia pensando na atividade criminosa, todo mundo fala isso, é o tempo todo pensando no crime. É verdade. Então, que tal, também nesta CPI, a gente pensar em trabalho na cadeia? É o que mais falta hoje, é uma carência danada; os caras querem trabalhar. Preso é vagabundo? Não é, não. E não é burro. Sabem por quê? Porque cada dia trabalhado diminui a pena dele. Então, quem não quer? Trabalha, recebe meio salário mínimo, que é o que diz a Lei de Execuções Penais, e ainda por cima tem desconto na pena. Ele trabalha 3 anos e tem desconto de 3 ou de 4. Que preso que é burro e que não quer? Claro que eles querem. O que não tem é oportunidade, e não tem trabalho também. Por isso que ele passa o tempo todo pensando na atividade criminosa. Talvez fosse o que a gente faria se estivesse lá dentro e não tivesse oportunidades. Dar ou não liberdade.

O senhor perguntou se a sociedade está pronta para absolver. Eu acho que a sociedade, talvez, não esteja pronta para absolver muita coisa, porque nós tivemos um Governo da ditadura que ensinou a gente a não pensar em muita coisa, e pouca gente, depois disso... a gente acabou de sair dessa tragédia, desse mal. Muitos querem voltar, infelizmente.

A gente acabou de sair, quando o Governo falava assim: *“Te ponho embaixo da minha asa, mas eu piso com o meu pé, e você não chora”*. Então, a gente vem de um Governo de ditadura, um Governo que fez a cabeça do cidadão, para que ele





não tivesse cabeça, as oportunidade de estudar, de aprender. Não estou dizendo que quem tem diploma é esperto, não. O Marcola não tem e é. Não é isso que eu estou dizendo. Estou dizendo que, quando a gente tem a oportunidade do conhecimento, a gente tem também a oportunidade da cobrança. E a gente não tem um Brasil ainda que teve tempo de se livrar desse Governo da ditadura e encarar essa democracia como a nossa realidade, uma democracia onde a gente tem que parar para ouvir o outro, para pensar no preso e pensar no cidadão livre. Então, talvez, falte muito, seja utopia. Eu continuo sendo uma pessoa que brigo pela utopia, se ela for justiça no futuro.

Com relação ao Deputado Felipe, eu já me coloquei à disposição para vir outras vezes, para sessão fechada, para um almoço, enfim, o que vocês acharem melhor. E só queria lembrar também que uma coisa que eu não coloquei, quando falei de advogados, é que o PCC hoje é tão forte e ele estendeu tanto os tentáculos dele e ele é tão inteligente para o lado do mal, que o PCC hoje paga faculdade de Direito, paga faculdade de Direito, para pelo menos 1.500 estudantes de Direito, em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Rondônia. Ele paga a faculdade, para que ele tenha, no futuro, esses advogados na mão dele para defender todo mundo. Se eu fosse eles, eu faria isso também. Faz-se tudo, e ninguém toma providência nenhuma. O PCC patrocina. Quando eles dizem hoje faculdade, não é mais como eles se referem... eles chamam de faculdade a cadeia. Hoje são duas faculdades: a cadeia e a faculdade que eles pagam para estudantes de Direito — e, olha, em escolas caras e importantes de São Paulo, onde pessoas, como o Dr. Mari, se formaram.

Respondendo à Deputada que saiu correndo, disse que voltava e não voltou, como eu falei, ela pergunta com relação ao PCC não ser forte, como dizem as autoridades. Eu falei no começo de a gente jogar a sujeira para baixo do tapete, ela continua sendo jogada. Eu acho que hoje o Secretário Ferreira Pinto, que tem 20 anos ou 25 de sistema carcerário, que foi Diretor da Casa de detenção, quando eu estava começando a minha carreira, dizer que o PCC é fraco. Eu não sei quem ele quer enganar, eu não sei a que campanha ele está servindo, eu não sei a que eleição ele está servindo. Ou eu não sei se ele não tem a menor competência para o cargo que ele está executando, porque eu ainda acho que a melhor forma de a



gente encarar o problema é dizer: *“Olha, ele existe”*. Eu estou com problema com o meu marido, ou a gente discute ou a gente desquita. É encarar o problema, é os governantes pararem de pensar na eleição, no seu nome, no que o PT está pensando para escolher, se o PSDB está pensando se vai ser o Alckmin, se vai ser o diabo, e pensar na sociedade. Chega de botar, desculpem a expressão, a bunda quatro anos na cadeira pensando na eleição que vem. É necessário resolver os problemas que estão acontecendo. E não tapar o olho para eles, como fazem governantes, como fazem Secretários de Administração Penitenciária, como fazem Secretários de Segurança Pública. E ela me pergunta se essa história de a imprensa dar notícia do PCC... Sabe aquele negócio: o ovo ou a galinha, a galinha ou o ovo, onde começa o novelo de lã? Toda vez me perguntam isso. A imprensa não é culpada, a imprensa não faz propaganda do PCC. O PCC não precisa de propaganda, porque, quando eu denunciei, ele já tinha 80 mil pessoas. E o Estado não tinha nem visto que ele existia. Disse que não sabia sequer o que significava a sigla PCC, que era Primeiro Comando da Capital. Então, o PCC não precisa de propaganda, bandido grande não precisa de propaganda. O Abadia foi preso recentemente, é um bandido poderoso, grande, com mansão, com o diabo, com não sei o quê, e ninguém nunca tinha ouvido falar nele. A imprensa nunca falou no Abadia. Como é que ele se fez um grande bandido? Será que, se a gente tivesse falado, ele seria tão grande? Será que, se a gente tivesse tido a oportunidade de denunciar, a polícia já não teria metido o olho no Abadia, e ele não teria trabalhado tanto e chegado aonde chegou e tendo tanto poder? Então, é assim, o Tiradentes falou: *“Liberdade ainda que tardia”*. Eu acho que ela não chegou totalmente, mas está chegando. E eu luto por ela, principalmente na minha profissão, pelo direito de a gente falar o que tiver responsabilidade para falar. Para isso, tem uma lei de imprensa. Para isso, eu respondo como cidadã na polícia. O que eu falar eu tenho que provar.

Então, eu não preciso da censura de Deputado, eu não preciso da censura de Governo, eu não preciso da censura da Polícia e especialmente eu não preciso de censura de Governos que se sentem muito confortáveis e adorariam que não tivesse gente *“bocuda”* como eu na profissão que eu exerço. Para os governos, seria muito conveniente que compactuássemos, não denunciássemos e que também



escondêssemos, como muitos de nossos patrões, a sujeira em baixo do tapete. Hoje, as emissoras de rádio e de TV e muitos jornais em São Paulo não falam mais a palavra PCC. Num pacto entre Governos e patrões, podem ter certeza de que esse pacto não é assinado por Governos e jornalistas. A nossa opinião não é essa, os patrões em cima desse falso *vai crescer se der notícia*, compactuaram com os Governos.

Então hoje não se lê mais PCC nas manchetes, não se ouve PCC na *Globo*, no *SBT*, na *Cultura*, muito menos, que é do Estado. Ouve-se “uma quadrilha”. Uma quadrilha de 120 mil pessoas, pô, que quadrilha! É isso, falei demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Muito obrigado, jornalista Maria de Fátima Oliveira Souza. Damos seqüência, ouvindo o Deputado Arnaldo Faria de Sá. V.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimento a Sra. Maria de Fátima Oliveira Souza e o nosso Defensor Público, Dr. Kleiton, e quero dizer que esta audiência é extremamente importante principalmente pelo desassombro da Fátima em falar de algo que muitos têm medo de enfrentar. Queria aproveitar a presença da Sra. Maria de Fátima Oliveira Souza e perguntar quem hoje comanda a estrutura de poder do PCC, se ela sabe se existem outras facções além do PCC. E o que ela acha desse absurdo de todas as delegacias de São Paulo, todos os postos policiais terem barreiras para se defenderem do PCC, quando a obrigação deles é defender o povo. Eles ficam defendendo seus próprios, em vez de defenderem o povo. Sem dúvida nenhuma, uma preocupação que tenho, que a Sra. Maria de Fátima Oliveira Souza já disse, que deveria falar em uma reunião fechada, se ela pode, nessa reunião fechada, hoje ou outro dia, dizer aonde está indo essa estrutura de atividades comerciais paralelas do PCC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que foi bem econômico.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba, em seguida, à Deputada Cida Diogo.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Relator, no exercício da Presidência, jornalista Maria de Fátima Oliveira Souza, Defensor Público, Fernando Calmon, primeiro, gostaria apenas de abordar algumas questões que julgo



importantes. Sei que muitas vezes a imprensa e as pessoas, de uma maneira geral, criticam as Comissões Parlamentares de Inquérito. Muitas, não é o caso de V.Sa., fazem-no por desconhecer talvez o papel dessas Comissões, que, na verdade, têm por objetivo chamar atenção para determinadas questões, fazer a fiscalização que cabe ao Congresso dentro do processo democrático e, acima de tudo, encaminhar às autoridades competentes os seus relatórios, para que sejam adotadas as medidas cabíveis e para que nesta Casa se faça um aperfeiçoamento legislativo. Ainda bem que não temos a atribuição e a competência de ser um tribunal de exceção para julgar e condenar pessoas. Então, acho que isso é importante, porque, muitas vezes, sai na mídia um desentendimento daquele que é o papel de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria de dizer também e ouvir uma manifestação de V.Sa. no sentido de que no Rio de Janeiro também se deu o mesmo fato, à semelhança de São Paulo. Fui Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro durante 3 anos e, enquanto estive à frente da Secretaria, nunca permiti qualquer compactuação com qualquer organização criminosa que lá estivesse, fosse ela o Terceiro Comando, ADA, Comando Vermelho ou mesmo o PCC. Tanto que, daqueles 80 chamados chefes de organizações criminosas ou parte dessas quadrilhas do Comando Vermelho, foram todas elas presas ou morreram e em confronto durante a nossa gestão. Então, na área da segurança pública, sempre procuramos, no Governo da Governadora Rosinha Garotinho, atuar na forma direta de combate, razão pela qual fomos criticados muitas vezes, em função da busca do confronto com a criminalidade, que, creio, é o papel da segurança pública. Temos de estar à frente do processo e não respondendo ao processo. Não sei se V.Sa. quis se referir ao sistema carcerário ou a algum outro setor do Governo do Estado. Por outro lado, gostaria de abordar aqui a defesa que venho fazendo da Defensoria Pública, até porque o Rio de Janeiro é o primeiro e o mais importante exemplo de autonomia do Ministério Público no Brasil. Poderia ser melhor? Poderia, mas acho que foi aquele que deu o primeiro passo para uma autonomia que se busca hoje como exemplo, e o Rio de Janeiro serve de exemplo, de alguma forma, para os outros Estados da Federação.



Gostaria de colocar aqui algumas questões que acho pertinentes e importantes. Primeira pergunta que fica: existe um sistema penitenciário no País? Fala-se tanto em sistema penitenciário, e a pergunta é: existe um sistema penitenciário? A outra colocação é que sempre advoguei a tese de que quem prende não guarda preso, e quem guarda não prende, como uma forma de haver uma melhor atuação de cada um no seu papel e no seu mister. Gostaria de saber a opinião de ambos a respeito dessa consideração. Uma outra coisa que julgo interessante é que esse fenômeno do PCC, esse fenômeno dos Comandos Vermelhos, ADA, Terceiro Comando, outros, Comando Jacaré, como já aconteceu no próprio Rio de Janeiro e em São Paulo, não é um fenômeno brasileiro ou um fenômeno das grandes cidades do Brasil. Esse é um fenômeno mundial, que vem muito dentro daquela teoria de Hegel, da teoria do senhor e do escravo, de que quem comanda o processo, na verdade, não é o senhor e sim o escravo, que passa o dia inteiro observando o senhor na busca de burlar os sistemas que estão sendo aplicados para vigiá-lo. Então essa é uma teoria bastante interessante e observamos no mundo. Por exemplo, lembro de uma matéria que saiu numa revista americana, já faz 2 anos, de uma grande operação da Polícia Federal americana no sentido de manter aquela quadrilha que já se encontrava presa, como a Irmandade Ariana, por exemplo, nos Estados Unidos, que é uma espécie de PCC, que atua tanto dentro do sistema penitenciário como fora do sistema penitenciário. Então foi feita uma grande operação, uma grande investigação em âmbito nacional, até que um determinado dia, um grande avião americano passou por todas aquelas cadeias, pegou os principais lideranças e levou-as a um indiciamento no grande júri. Acredito que esse processo ainda não deva ter terminado. Então o que observamos é que esse é um processo que ocorre em todos os sistemas penitenciários. Ou seja, cria-se um subsistema social dentro desse sistema prisional, e esse subsistema acaba criando condições de expandir a sua atuação. Eu acho importante a denúncia e a coragem com a qual a senhora se manifesta nessa questão do PCC. É muito importante termos uma imprensa livre que possa exatamente dizer isso que tem de ser dito. Eu também gostaria de saber a sua opinião a respeito desse, vamos dizer, ordenamento dos editores no sentido de que não seja manifestado o nome dessas organizações como uma forma de fortalecê-las. Essa questão de simpatizantes



realmente existe em função dos domínios de áreas fora do sistema, por exemplo, no Rio de Janeiro, que se estabelece com o comando Vermelho; é como se fosse uma torcida do Flamengo. É como se fosse se ter aqueles que simpatizam com eles e apóiam esse movimento. Então quero parabenizá-la pelas denúncia que faz, pela forma como enfrenta essa questão e dizer que, se verdadeiramente não se tomarem medidas necessárias ao enfrentamento desse processo de criminalidade organizada, que está estabelecida a partir do sistema penitenciário, cada vez mais haverá o recrudesimento das ações por parte dessas organizações criminosas, fazendo com que o aparato policial do Estado não tenha condições de enfrentar a onda que virá.

E eu quero finalizar fazendo uma colocação, porque hoje o que estamos observando, e gostaria muito da sua opinião nesse sentido, é a criação de um sistema ideológico por traz do sistema criminoso. E esse sistema ideológico vai criar dentro deste País, o Brasil, um fracionamento e a possibilidade de uma convulsão e uma revolução armada a partir do sistema criminal estabelecido dentro dessas organizações. O dia em que tiverem a cabeça para se unir e ter alguém que dê conteúdo ideológico a elas, viveremos uma conflagração neste País. E as autoridades públicas, ao que me parece, ainda não acordaram para essa questão. Essa é uma colocação que gostaria muito que V.Sa. pudesse responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Itagiba.

Concedo a palavra à Deputada Cida Diogo e, em seguida, aos Deputados Valtenir Pereira, Pompeo de Mattos e, por último, Talmir Rodrigues, caso o Deputado Paulo Abi-Ackel e o Deputado Alexandre Silveira não retornem ao plenário.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Quero também parabenizar os expositores pelas questões levantadas, que são questões extremamente preocupantes. Em relação ao crime organizado, gostaria que a Sra. Maria de Fátima Oliveira Souza pudesse informar se ela tem algum dado, alguma informação de alguma relação dessas organizações criminosas não só dentro dos presídios, dentro do sistema penitenciário, mas também a relação com as comunidades, onde eles conseguem penetrar. E o papel, se existe hoje alguma correlação do papel, principalmente no Rio de Janeiro, que é meu Estado, das chamadas milícias com o



crime organizado. Se existe alguma informação, algum entendimento maior sobre isso. Para mim, não sou investigadora, mas a impressão que passa é que dentro da sociedade, na comunidade, a milícias também acabam cumprindo um pouco esse papel.

Em relação a uma área a que me tenho atido muito, que é a assistência jurídica. A Defensoria Pública, para mim, é fundamental para que possamos começar a interferir nesse problema. Creio que a exposição dos 2 senhores foi muito clara. Se cada vez mais aumentarmos essa população presidiária, cada vez mais a sociedade ficará exposta, porque algum dia essa população vai retornar à sociedade. E se essa população entra para dentro de um sistema em que é aperfeiçoada na criminalidade, não tem jeito, vamos pagar aqui fora. Também tenho muito claro isso. Por conta disso, e sou Sub-Relatora na CPI dos Presídios Femininos, e tenho trabalhado muito na concepção de que a população carcerária, que está em torno de uns 400 mil, possui menos de 10% de população feminina; são em torno de umas 30 mil mulheres encarceradas hoje. Acho que o problema do sistema carcerário é enorme e não tenho muita esperança; também continuo trabalhando a utopia, acredito nisso, aposto nisso, mas não tenho muita esperança de isso ser resolvido a curtíssimo prazo ou a curto prazo. É um processo mais longo. Mas, se começássemos a trabalhar — e tenho defendido isso na CPI com muita ênfase — para essa população, que significa 10% do total, uma proposta para atender e viabilizar uma solução mais rápida, imediata não digo, mas mais rápida para essa parcela da população, poderíamos corrigir as falhas que possam ocorrer e buscar um projeto para atender o conjunto dos 400 mil presidiários que existem neste País.

Gostaria de saber a opinião de S.Sas. sobre isso e na questão específica da Defensoria. Temos acompanhado, principalmente nessa população carcerária feminina, que acaba sendo, dentro do sistema, mais relegada a segundo plano ainda. Como o sistema não se preparou para receber mulheres, as mulheres começaram a entrar para a criminalidade em um tempo menor do que os homens, o sistema não se preparou para receber essas mulheres. E muitas dessas mulheres, um número bastante significativo, não conseguiram ter assessoria jurídica. E elas estão lá hoje aguardando sentenças, já presas, passando por situações



extremamente sérias, tendo filhos dentro da prisão sem terem sentença e com os filhos sendo arrancados de sua convivência.

Então, é uma realidade que gostaria de saber, principalmente do senhor, se, de com uma forma mais rápida e imediata, teríamos condição de apontar uma solução para prestar essa assistência jurídica. Hoje, o Governo Federal — estou vindo, agora pela manhã, houve uma videoconferência, cuja abertura foi a assinatura de um convênio entre o Ministro Tarso Genro com a Ministra Nilcéa Freire para se implantar no País um mutirão nacional de assistência jurídica às mulheres encarceradas. Acho que isso pode ajudar a acelerar o processo. Mas lá foi dito também uma coisa para mim preocupante: essa ação que deve liberar aí, de imediato, cerca de 50 milhões de reais só para essa ação, é pontual e a sua continuidade depende, por exemplo, dos Governos do Estado. Esse convênio vai viabilizar a contratação de estagiários, a infra-estrutura para essa assessoria jurídica acontecer. Mas a continuidade é dada pelo defensor público que tem que continuar lá no Estado e tem que ser contratado pelos Estados.

Então, na minha avaliação, eu gostaria que o senhor pudesse nos apresentar. Existe possibilidade? Qual o quantitativo, hoje, que nós poderíamos estabelecer para garantir essa assistência e acompanhamento das mulheres encarceradas? Eu sei que é um número muito menor em relação à população carcerária como um todo.

Então, eu gostaria que vocês pudessem nos ajudar na CPI a apontar os caminhos que, no relatório que a gente quer apresentar, possa-se estabelecer aí, talvez, não só um relatório, mas um protocolo de compromisso a ser assinado pelos 27 Governadores mais o Governo Federal, para que a gente possa, nessa questão específica das mulheres encarceradas, sinalizar uma ação mais rápida, contundente, que possa apresentar respostas mais imediatas. Eu gostaria que vocês pudessem abordar um pouco sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputada Cida. E comunico que está mantida a diligência em Minas Gerais, quinta e sexta-feira, e ao final do depoimento, vamos fazer uma reservada com a jornalista Fátima de Souza.

Os três últimos, Deputado Valtenir Pereira, PSB-MT, 5 minutos.





**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Quero saudar o Relator, Deputado Domingos Dutra, que no momento está no exercício da Presidência, a jornalista Maria de Fátima, Fernando Calmon, meu colega da Defensoria Pública, e saudar também todos os colegas Parlamentares aqui presentes.

Eu quero iniciar falando um pouco da Defensoria Pública. Em 1988, com a nova Carta Magna, estabeleceu-se no art. 5º, que é o capítulo que trata dos direitos e garantias individuais, precisamente no inciso 74, que o Estado prestará assistência integral e gratuita aos necessitados. Lá no art. 134 diz-se o seguinte, que o Estado prestará essa assistência jurídica integral e gratuita por meio de uma instituição — e essa instituição denominou-se Defensoria Pública —, através de advogados, através de cargos providos através de concurso público de provas e títulos, com participação da OAB e tudo o mais. Em Mato Grosso, passaram-se 3 governos, 90, 94, 98 — 24 de fevereiro, domingo, agora, completam 9 anos que a Defensoria de Mato Grosso foi instalada. Durante esse período, você ouvia, e era corrente em Mato Grosso, as rebeliões. Por conta de quê? De falta de assistência jurídica integral e gratuita a essas pessoas necessitadas, e o sistema carcerário era o sistema mais sensível, era o segmento da sociedade mais sensível nesse aspecto. Com a entrada da Defensoria, as coisas melhoraram, e bastante. Embora, por exemplo, 99 até 2001, tinha apenas uma Defensora Pública para poder cuidar de todo o sistema carcerário da Capital, precisamente na Capital, porque eram 53 comarcas, nós estávamos presentes apenas e tão-somente em 8 comarcas naquela ocasião, e automaticamente com 20 Defensores Públicos apenas, enquanto que tinha lá cerca de 100 juízes.

E quero até deixar uma sugestão aqui de que, onde tiver um juiz, tem que ter um Defensor Público, porque o Defensor, além de impulsionar o processo, provocar a prestação jurisdicional, é fundamental a sua presença lá porque ele vai cuidar desse segmento da sociedade que é um segmento mais humilde.

Em 2001 eu assumi a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública. Naquela ocasião nós fizemos um mutirão. Pegamos todos os defensores, vamos dizer assim, da área cível e também da área criminal. Pegamos lá no Presídio Carumbé mais de 400 processos. Fomos lá e pegamos de cada um. Distribuímos cerca de 10 a 15 processos por defensor público. E nós fomos ao estabelecimento penitenciário e nos



apresentamos: *“Estou com 5 processos aqui. Traga os presos fulano de tal, fulano de tal”*. E sentávamos no parlatório; eles de um lado e nós de outro. *“Olha, estou com seu processo aqui. Sua situação é essa, assim, assim, assim”*. *“Ah, mas eu já deveria estar saindo”*. E o defensor explicava para ele por que ele ainda não havia saído. Aí ele falava: *“Olha, tenho dias trabalhados que ainda não foram contabilizados”*. *“Mas quando? Onde o senhor trabalhou? Então nós vamos requerer ao juiz”*. E foi feito isso.

A partir desse mutirão, nós estabelecemos um mutirão naquela ocasião e 3 mutirões por ano. A cada 4 meses nós iríamos voltar, porque não é só requerer. Você requer, às vezes o negócio trava lá. Passam 2 meses, 3 meses, aquele requerimento às vezes foi despachado, mas não foi ainda... o impulso processual não aconteceu. Então, tínhamos estabelecido abril, setembro e dezembro para que pudéssemos conversar e fazer esses mutirões.

Houve uma distensão muito grande. Isso acalmou os detentos daquela região. Então, é importantíssima a presença da Defensoria Pública nessa área. Eu até reputo de extrema importância que a Defensoria ataque primeiro o sistema prisional, que esteja presente no sistema prisional, porque ali você tem um bem jurídico indisponível, que é a liberdade; e também tenha defensores na área de família, porque tem o nascituro, tem o recém-nascido, que precisa de alimento. Essas 2 áreas são vitais. São 2 áreas importantíssimas e não podem ter nenhum desfalque da Defensoria Pública.

Então, eu queria deixar essa contribuição.

Hoje, no meu Estado, têm 118 defensores públicos. Era para ter 119, mas eu estou aqui no exercício da missão parlamentar. Há previsão de vagas. São 160, mas o ideal mesmo é ter um defensor para cada juiz. Hoje, no Estado, há cerca de 250 juizes. Então, se você tiver essa média... Nós temos lá situações de defensores públicos acumulando, por exemplo, 2, 3 comarcas, que têm distância de 150 quilômetros. Por exemplo: Colniza, que se destacou recentemente como a cidade mais violenta, no primeiro mapa da violência. No segundo mapa ela ficou em segundo lugar. Você tem Aripuanã, que é a comarca mais próxima. O defensor reside em Aripuanã e tem de rodar, por exemplo, 150 quilômetros de estrada de terra, com seu veículo particular. Eu tenho esse exemplo. Eu estive lá. Eu vi o



companheiro num Fiat Uno se deslocar, demorando 4, 5 horas para chegar à outra comarca e poder dar assistência. Quer dizer, como é que você vai atender dessa forma? Então, o importante é: onde tiver um juiz, ter um defensor público. Porque aí a assistência jurídica integral e gratuita vai ficar bem mais fácil de atender a esse preceito. Eu entendo que não é uma norma programática. Isso é uma obrigação do Estado, porque o art. 5º diz: *“O Estado prestará assistência integral e gratuita aos necessitados”*. Então, isso é uma obrigação, não é nenhuma norma programática, que o Estado, o Poder Público, o Executivo tem a discricionariedade de escolher. *“Não, eu não quero ter defensor público”*. Ou: *“Eu não vou ampliar, não vou fortalecer a Defensoria”*.

Eu quero falar também do presídio federal, com relação ao pagamento de advogado. Eu tive o privilégio de ir, junto com o Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado João Campos, do Estado de Goiás, numa comissão, lá em Catanduvas. E realmente essa questão do pagamento de advogado para presos foi ventilada. Não me recordo em que circunstâncias. Mas realmente o Fernandinho Beira-Mar estaria ali prometendo, ajudando, contribuindo, colaborando para, exatamente, ganhar a simpatia dos demais detentos. Por que isso? Exatamente porque, no Paraná, eu acho que nem Defensoria tem. Se tiver, é uma defensoria do faz-de-conta. Quer dizer, você tem lá em Cascavel, digamos assim, defensor público da União. E ali nós temos um pequeno problema, um entrave jurídico. Por quê? Porque é o seguinte: como é um presídio especial, que recebe lideranças criminosas que estão dando problema, que estão liderando crime de dentro da cadeia, então, quer dizer, é específico... Têm essa finalidade os presídios federais, hoje, de Mato Grosso do Sul, de Catanduvas, de São Paulo. Você recebe ali aqueles presos, e muitas vezes os seus processos são estaduais. Aí você tem uma situação complicada, porque lá em Cascavel, que é bem próximo, tem defensor público da União. Mas, como o processo é estadual, o defensor público estadual teria de acompanhar esse processo.

A execução em si, por estar no presídio federal, passa para a competência do juiz federal. Mas, se o processo é de competência da Justiça Estadual... Quer dizer, é o juiz estadual que tem competência para poder discutir essa questão. Então é uma situação... Nós temos de pensar, como sugestão da CPI do Sistema Carcerário,



nessas questões, por exemplo, para resolver... deixar tudo por conta do juiz federal que está ali, atuando com competência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Um minuto.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Está bem.

Para que realmente você tenha condições... O problema do preso é que a sua família fica desassistida lá fora. Ele aqui preso, sem condições de trabalhar, sem condições de sustentar a sua família. Então, é importante que as famílias dos presos sejam incluídas em programas sociais específicos para essas circunstâncias, exatamente para combater essa vulnerabilidade social em que essa família está inserida. Exatamente com a finalidade de dar, digamos assim, um suporte, de promover uma calma dentro do presídio.

Eu queria também deixar aqui registrado que só existe crime organizado quando o Poder Público dá moleza.

No Estado de Mato Grosso, por exemplo, em 1985, Arcanjo Ribeiro virou um mito. Se em 2000... Houve a Operação Arca de Noé, no dia 5 de dezembro de 2002, no Estado de Mato Grosso, exatamente para combater essa questão. Se você dissesse, em 2001, que o Arcanjo cairia no ano seguinte, ninguém acreditaria. Por quê? Porque era um mito, digamos assim — jogo do bicho, lavagem de dinheiro, uma série de coisas, envolvimento de políticos com o Sr. Arcanjo Ribeiro. Agora, a partir do momento em que o Poder Público disse “*vamos dar um basta nisso*”, isso aconteceu. Então, só existe crime organizado fortalecido e, digamos, praticando as maiores barbáries exatamente por moleza do Poder Público. Então, quer dizer, você tendo um centro de inteligência da polícia, e o Poder Público querendo desmascarar... Vejam o caso do Abadia. Com toda certeza, temos condições de enfrentar...

Para finalizar, quero aqui deixar uma sugestão, e nós vamos nos aprofundar nessa questão: a execução penal passar para o Governo Federal. Exatamente, inserir num programa, numa política nacional uma política penitenciária nacional de execução penal para você estabelecer presídios agrícolas. Muitas vezes a Unidade da Federação... o Estado diz: “*Eu não tenho dinheiro para construir um presídio modelo*”. Nós temos visto esses 2 presídios, hoje, e outros que estão em construção, embora sejam de segurança máxima. Devemos pensar em alguma coisa — em



presídio industrial, em presídio agrícola —, de modo que a Justiça Estadual julga e entrega para o Governo, para a Justiça Federal a execução. E num modelo... Até porque o Governo Federal tem... No sistema federativo, hoje, que foi desenhado para o Brasil, o Governo Federal tem dinheiro para poder investir.

Então, fica aqui essa sugestão para aprofundarmos neste debate.

Eu queria contribuir com essas manifestações, embora não tenha nenhuma pergunta específica.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Valtenir Pereira.

O último inscrito presente é o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Deputado Domingos Dutra... Na verdade, é nosso Relator e está cobrando escanteio e cabeceando na área, fazendo as 2 partes. Mas sei que V.Exa. é muito competente. Cumprimento V.Exa., a Dra. Maria de Fátima, nossa jornalista, e o Dr. Calmon.

Eu me recordo de quando nós participamos da CPI do Narcotráfico e, enfim, toda essa questão do crime organizado veio à tona. Não tinha tanta repercussão até então — em 2000, 2001. E eu me lembro de que nós chegamos a uma conclusão, obviamente não definitiva, mas circunstancial, de que, na verdade, não só o crime se organizou, mas o Estado se desorganizou. Então, enquanto um descia a ladeira, o outro subia o morro. O crime subia o morro da organização, e o Estado se desorganizava a tal ponto que fiz uma comparação lá, e não é demais repetir aqui, que vai na linha do que a Dra. Maria de Fátima expressou, naquilo que eu pude captar: se fôssemos comparar o poder do Estado com o poder da organização dos bandidos e estabelecêssemos isso como uma corrida de carros, uma disputa de velocidade, eu diria que o Estado é um carro de Fórmula 1 e a organização dos bandidos é um Fusca velho, um Fiat 147. É óbvio que o juiz, o promotor, o delegado, o advogado, a estrutura do Estado, os políticos, os Prefeitos, os Vereadores, os Deputados, os Governadores, os Senadores... Enfim, toda essa estrutura do Estado é algo muito forte. E bem comparado a um carro de Fórmula 1. E é óbvio que vai ganhar essa corrida. É uma disputa desigual com os bandidos. O poder do Estado é muito maior, muito mais amplo. Só que, nessa corrida, curiosamente, esse carro de



Fórmula 1 anda numa estrada cheia de curvas, cheia de buracos, cheia de quebra-molas, cheia de pardais, de lombadas eletrônicas; há um guarda em cada esquina, atacando para conferir os documentos, ver se os documentos estão em dia. Enfim, ele é atacado em cada esquina, porque só pode andar com aquelas regras. Enquanto isso o bandido anda pelo atalho, pelas lavouras, pelas roças, pelas estradas de chão, sem lenço e sem documento, leve, livre e solto. E chega antes. Tem chegado antes, porque vai pelos atalhos. Então, é preciso que o Estado se organize. E, mais do que se organizar, é preciso arrumar estrada para o Estado andar. Temos de abrir os caminhos, os caminhos corretos, para que o Estado possa transitar. É isso que está faltando. E aí entra, por exemplo, a questão da Defensoria Pública.

Lembro-me de que, em 1991, eu era Deputado Estadual e o Collares, meu colega, que hoje não é mais Deputado, mas foi Governador... E lá, numa luta em conjunto, implantamos a Defensoria Pública. Foi um avanço muito grande. A Cleomir Carrão, que é uma figura da história da luta da Defensoria...

Agora, eu acho que a Defensoria é um instrumento muito positivo. Eu advoguei, e advoguei muito como defensor dativo — o juiz nomeava o defensor dativo. Na comarca onde eu atuava, éramos 30 advogados. A metade dos processos no crime eram meus — daqueles que não pagavam nada, dos pobres. Eu estava começando e fui aprendendo, entendendo. Ia aos presídios. Chegava nos presídios, virava um comício. Cada um queria falar, e eu me dispunha a isso.

Acho que esse é o papel. E o colega ali, da Defensoria Pública, disse que a Defensoria Pública pode incorporar, fazer esses mutirões, porque o preso sabe... Ele sabe, tanto quanto os advogados, tanto quanto o defensor, o direito que tem. Ele não sabe é reivindicar. E, na medida em que ele tem os direitos e não pode reivindicar, e quem pode fazer isso para ele não o faz, o primeiro que chega e se propõe a fazê-lo, ele abraça. Aí, formam-se as quadrilhas dentro do presídio. Um domina. Um que tem dinheiro, que tem poder, que tem um bom advogado. Ele paga ao advogado dele, para o advogado dele pagar a um outro advogado, para um outro advogado advogar para aquele. E aquele que recebe assistência jurídica sabe quem, na cadeia, está pagando para ele, quem é o chefe dele. E ele vai montando



uma estrutura. Dali a pouco ele mandará mais do que o diretor do presídio, mais do que os agentes penitenciários.

Eu vivenciei isso lá no interior do Rio Grande do Sul, na região das Missões. Nós tínhamos vários bandidos famosos no Rio Grande do Sul. Mas nos surpreendeu, por exemplo — e aí eu quero colocar para a Dra. Fátima —, a questão do Marcola.

Nós tivemos uma CPI em que eu estive frente a frente com o Marcola. Inclusive, fiz alguns questionamentos para ele. Obviamente, ele não disse nada. Até, se não era nesta sala, era numa sala como esta. Ele não disse nada, desconversou. Enfim, o Marcola é muito inteligente. Mas o que me surpreendeu — fiquei, assim, impressionado e, quando fiquei sabendo, não acreditei — foi que o Marcola, o todo-poderoso Marcola, o chefe do PCC, com aquela estrutura, com o poder que ele tinha... O sistema penitenciário brasileiro, através dos sistemas penitenciários paulista e gaúcho, transferiu o Marcola para o Rio Grande do Sul. E para um presídio em Ijuí, que é a minha cidade... Ao lado da minha cidade. Eu fui Prefeito de Santo Augusto. Ijuí é minha base. É onde estudei, enfim. É um presídio, uma modulada, um albergão. Quando a comunidade ficou sabendo — até porque nós denunciávamos — quem era o Marcola, a cidade entrou em polvorosa, porque o PCC desce lá, pega a cadeia, bota das costas e leva junto. Leva de assessor o diretor do presídio; leva de ajudante o carcereiro; enfim, leva os guardas para protegê-los. É uma coisa impressionante!

Isso mostra que os nossos dirigentes, nessa área, não conseguem medir o tamanho do perigo. É, como disse a Dra. Fátima, medo. E eu tenho uma visão muito clara do que é o medo. E todos nós temos medo. O que é, em si, o medo? O medo é um sentimento que sentimos, que se compara à dor. Não há cidadão no mundo que não sinta dor. Aliás, se não sente dor, está doente, tem um problema. E a dor para que serve? A dor serve para cuidarmos da parte que está doendo. Eu sinto uma dor na perna, cuido da perna que está doendo. Que o diga o Ronaldão lá, que teve uma lesão — o Ronaldo Nazário. Quer dizer, o medo é um sentimento que sentimos para cuidar da vida. Tu sentes o medo, arrepias o pêlo, bate forte o coração; e tu dás uma afrouxada no garrão, dás uma folgada. Alguém me disse, um dia: “Não, mas é covarde quem tem medo”. Não é verdade. Todos nós temos medo. O covarde não



tem é coragem. O covarde não tem é coragem. Então, nós, diferentemente do covarde, temos medo. Mas temos mais coragem do que medo. Coragem suficiente para superar os nossos medos. Então, temos de ter medo para nos proteger, para nos cuidar, para nos guardar. Mas temos de ter coragem, depois, para enfrentar o problema. E é isso que está faltando. Essa coragem está faltando.

Espero que possamos ter — e a CPI está tendo — coragem de fazer esse enfrentamento; a Fátima, de fazer essas denúncias. Enfim... E a Defensoria Pública não ter medo de ir ao presídio, não ter medo de encarar a situação. Aliás, é por aí, acho, que a Defensoria Pública vai se fortalecer: indo aos presídios, assumindo essas causas de ninguém para ninguém e que ninguém quer, porque não têm dinheiro para pagar advogado. E o advogado não vai, se não receber. A Defensoria Pública tem condições de ocupar esse espaço e, inclusive, de se credenciar no contexto jurídico e no contexto social, como instituição que é.

Para encerrar, Presidente, quero deixar uma pergunta para a Dra. Fátima, em relação à... Ela citou ali, nos estudos, enfim, nos levantamentos, nas investigações, na luta dela, a questão de São Paulo, Rio, Bahia, enfim... E o Rio Grande do Sul? Nós, no Rio Grande do Sul, temos o presidiário Papagaio, que nunca pára na cadeia. É um bichinho que voa e que.... Queremos, se ele for capturado, que a CPI possa ouvi-lo. Por que ele foge tanto e com quem ele conta para tantas fugas, no Rio Grande do Sul? Mas a verdade é que nós nos preocupamos. Até, quando o Marcola esteve lá... Daqui a pouco o Marcola leva o PCC para lá, na sua acepção maior. Eu acho que o PCC está ramificado em todo lugar. Em alguns lugares ele não tem muita inserção. Mas está lá o embrião, está lá o desejo, está lá a vontade de alguns poderem contatar, participar. Tem muita gente querendo se inscrever, querendo se filiar. Aliás, o PCC queria até ser um partido. Eu sei que tem isso.

No Rio Grande do Sul, o que a senhora sabe, em termos de inserção do PCC? Se tem, se não tem, se há uma tentativa, se não houve essa tentativa. E como é que senhora vê essa questão da transferência do Marcola, naquele período, para o Rio Grande do Sul? Ele só saiu de lá depois de muita pressão política, de muita pressão popular, de muita grita. Inclusive, acabou atingindo o próprio Governo do Estado, a Secretaria de Segurança Pública, o sistema penitenciário do Rio





Grande do Sul. Depois de muita pressão política, eles acabaram devolvendo o Marcola para São Paulo. Então, houve esse posicionamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Pompeo.

O último, verdadeiramente, é o Deputado Dr. Talmir, do PV de São Paulo. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar esta Mesa, a Dra. Maria de Fátima e o Dr. Fernando.

Vou ser direto.

Em relação à questão do jornalismo, qual tem sido o contato do jornalismo brasileiro com a Assessoria de Comunicação das Secretarias de Assuntos Penitenciários? Se tem uma boa abertura.

Outra coisa, em relação ao jornalismo, é colocar em pauta a questão do fortalecimento das polícias penitenciárias federais, estaduais, dos agentes penitenciários. Agora estamos lutando para que eles se tornem polícia penal, porque vemos, no dia-a-dia, esse questionamento, essa não-valorização deles. Quer dizer, eles querem realmente ser mais apoiados no sentido desse fortalecimento em relação à luta contra o PCC, enfim.

Dr. Fernando, eu gostaria de saber... Em algumas visitas, eu fui visitar um presídio feminino, uma cadeia feminina, até para auxiliar a Deputada Cida Diogo, e lá estiveram algumas mulheres estrangeiras que se queixaram muito da falta de atendimento, em relação à questão não só de estrangeiros presos no País, aqui no Brasil, mas também em relação a brasileiros presos no exterior. Então, temos notícias de que, às vezes, brasileiros morrem no exterior. Não sabemos direito como ocorreu aquilo, a cobertura jornalística... Eu fui num encontro de brasileiros no exterior, e também foi mencionado que famílias inteiras são retiradas de casa e deportadas em 1 ou 2 dias, como se fossem criminosas etc. Então, talvez não seja o objetivo principal aqui da nossa CPI, mas tem a ver com brasileiros, com cobertura no estrangeiro, via Consulado, Embaixada, Itamaraty, e assim por diante. Como o senhor representa aqui a Associação Nacional dos Defensores Públicos, eu acredito que acompanhe também, em âmbito internacional, o que esteja ocorrendo.



Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Antes de passar a palavra aos expositores, eu queria também completar algumas perguntas, para encerrarmos.

Pergunto à jornalista Maria de Fátima Souza se ela se sente ameaçada hoje, inclusive pelas declarações feitas aqui. Pergunto à senhora, já que o PCC é tão forte, se o PCC também está investindo no mundo político, financiando campanhas. Pergunto também se o PCC tem apoio de jornalistas. Pergunto, ainda, que sugestões a senhora e o Dr. Fernando têm para poder contribuir com a CPI. E qual sua opinião sobre o RDD?

São essas as perguntas que faço, em complemento às demais.

Concedo a palavra à Sra. Maria de Fátima Souza.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Vou tentar ser rápida. O Deputado Arnaldo Faria de Sá perguntou em relação às barreiras que são colocadas em frente a delegacias, batalhões, fóruns etc., em São Paulo, para se defender do PCC. Pessoalmente, como cidadã, eu sinto vergonha de ver uma situação dessas, de ver... Não, como estava falando o Deputado aqui, sobre medo. Não acho que a polícia não tem que ter medo, não. Acho que ela tem que ter, sim. Só que ela tem que enfrentar. E realmente, para o população, fica esta sensação de: eu estou aqui em casa, esperando alguém passar dando tiro, mas a polícia está lá aquartelada, com um monte de barreira na porta, tentando se proteger.

Então, dá a impressão, para o cidadão, de que a polícia não quer nos proteger, mas se proteger, com essas barreiras e tal, embora isso seja também, de outro lado, uma questão de segurança, que faz parte do processo da polícia. Ele perguntou de outras facções. Sim, além do PCC, existem outras facções. O PCC é a maior, porque tem o maior número de adeptos. Mas têm outras facções, como o CDL — Comando Democrático da Liberdade. Os nomes são chiquérrimos, assim: Comissão Democrática da Liberdade, que é uma facção menor; tem a facção que é inimiga número um do PCC, que é o CRBC — Comando Revolucionário da Criminalidade. Os nomes são muito pomposos. Tem a Seita Satânica, que já não é bem em relação a pedir coisas para o Estado, exigências e tal. É quase que uma religião. Eles são adoradores de Lúcifer, o diabo. Então, eles estão um pouco à



parte, nessas facções dentro da cadeia. Tem o TCC, que é uma facção nova. O PCC se dividiu. Então surgiu, com essa divisão... Os expulsos fundaram o TCC — Terceiro Comando da Capital. E está surgindo uma outra facção. Eu prefiro, depois, conversar reservadamente a respeito dela. Deputado Marcelo Itagiba, vou lhe pedir até desculpas se eu for descortês com você, que foi tão cortês comigo, mas eu tenho esse defeito de falar o que penso, realmente. Não critico a gestão do senhor como Secretário. Não sei se o senhor se lembra: eu fiz reportagens com o senhor, no Rio de Janeiro, pela *TV Bandeirantes*, enquanto Secretário. Eu me referia mais ao sistema penitenciário, que é tão falido no Rio de Janeiro como em qualquer lugar do País; como é no Paraná, um Estado superdesenvolvido, que tem cadeias onde o preso tem 0,60 centímetros de espaço, como eu já falei aqui. Com relação ao Governo do Rio de Janeiro, da mesma forma que fiz críticas ao Governo de São Paulo, faço também ao do Rio de Janeiro. Tive a oportunidade de subir, com o casal Garotinho, numa favela, onde eles disseram que os bandidos iriam entregar armas. Foi toda a imprensa. Eu fui convidada. A *TV Bandeirantes* me escalou para sair de São Paulo e ir ao Rio de Janeiro fazer essa matéria fantástica, sensacional — polícia e Governo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Eu não lembro o ano, Deputado. Perdoe-me. Foi no Governo Garotinho. Daí, quando nós chegamos lá, estava todo mundo da imprensa e o Governador, que chegou de helicóptero — aquelas coisas pomposas —, esperando, e eles começaram a meter bala. E daí um pula para um lado, outro para o outro, foi aquela confusão danada. “*Não, não é tiro, são fogos!*” Mas aí já estava todo mundo no chão, em cima um sobre o outro, a segurança já catando o Governador pela orelha, aquela loucura toda.

Daí, muito que bem, vêm lá 3 moleques, bem aquela cara do Rio de Janeiro, de shortinho, sandálias Havaianas, entregam lá meia dúzia de armas cheinhas de ferrugem — tinha umas que acho que meu avó tinha na coleção dele — e pronto. Eu achei aquilo demais, né? Então eu pensei assim: puxa, que Governo que é esse que não se precaveu de passar um vexame desses no meio da imprensa inteira do País? Que competência tem isso? Que competência tem o assessor dele, o secretário dele? Dizer “*Oh, meu amigo, vamos pegar as armas primeiro, daí a gente*



*mete 3 garotinhos para trazer mais umas, aquele montão, que a imprensa está gravando”...*

Então, meu, às vezes me parece que falta inteligência, competência e às vezes até atitude. Porque eu não estou nem culpando o Garotinho disso não. Ele foi na onda de algum assessor maluco que não soube nem pensar como fazer o negócio para não passar um vexame nacional. E eu me lembro que foi matéria em todas as televisões, em todos os jornais.

Então o senhor me desculpe, mas eu não vi, apesar da sua administração e de outras, eu não vi desaparecer o Comando Vermelho, eu não vi desaparecer o ADA, eu não vi desaparecer o Terceiro e o Amigos. Eu só vejo isso continuar, continuar, continuar. Talvez não seja incompetência, talvez seja falta de seqüência. O senhor vai e faz um trabalho a que alguém não dá andamento.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Eu só gostaria de, para não haver polêmica... Em primeiro lugar, eu não trabalhei no Governo Garotinho. Em segundo lugar, nós temos uma questão que eu acho que é importante. Nunca se recolheram tantas armas das mãos dos criminosos como durante a gestão do Governo Rosinha. Em 3 anos foram mais de 43 mil armas apreendidas nas mãos de criminosos no combate à criminalidade, no dia-a-dia. Então acho que é importante. Agora, também houve a campanha do desarmamento, onde várias pessoas compareceram por disposição própria para fazer a entrega do armamento. É uma outra questão que eu acho que é importante a gente colocar.

Agora, acabar com o sistema criminal no País é uma coisa que cabe a todos, não apenas a uma parcela. Então o que eu digo é o seguinte: aquelas lideranças que eram importantes, ou consideradas pela imprensa como importantes no contexto da criminalidade do Rio de Janeiro, elas foram presas ou morreram em confronto com a Polícia, o que não quer dizer que isso não vá renascer, se renovar, em função de as condições ainda se apresentarem como as mesmas no País. Sempre há um substituto para o criminoso que já foi, mas aqueles que foram elencados como... Inclusive o próprio Fernandinho Beira-Mar foi preso. E uma coisa que ninguém fala hoje no Brasil é a questão relativa à vinculação de partidos políticos com as FARC e da criminalidade voltada ao tráfico de drogas com as FARC, da Colômbia. Só para a gente concluir.



**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Deputado, então, só complementando o que o senhor falou, eu acho que, primeiro, a Dona Rosinha precisa ensinar ao marido um pouco melhor a arte de governar. E, em relação a jornalistas, eu lembro ao senhor que, apesar de toda a prisão, um amigo meu, um colega meu foi morto num morro do Rio de Janeiro, queimado, cortado, esquartejado, nas barbas do Governo. Foi a primeira vez que houve um acinte tão grande contra jornalistas, porque eles também tinham medo da imprensa.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - É verdade. No Governo Benedita da Silva. A senhora tem toda a razão.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Ou respeitavam a imprensa buscando compactuar. Ou porque temiam a imprensa ou porque queriam compactuar. *“Eu sou bandido, chego lá, dou uma entrevista, ganho a simpatia...”* Então tem toda essa relação também. Tem a gente querer ter o bandido como fonte também, como tem a Polícia. Então tem todo um relacionamento da própria profissão. Mas foi nesse período que esse jornalista foi morto. Foi queimado e foi posto lá. Para minha surpresa, todo mundo sabia que existia um lugarzinho lá, um microondas para queimar gente. Até a Polícia.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Jornalista Maria de Fátima, é importante a gente lembrar que isso se deu no Governo da Governadora Benedita da Silva. Para que a gente não cometa injustiças, não é?

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Claro, não misture as coisas. O que eu estou dizendo é que talvez falte uma seqüência para os Governos, levar a sério o que foi feito seriamente e desprezar o que não foi feito. Porque o Governo entra, e tudo o que o outro fez... Me perdoem a expressão, o anterior só fez merda, o outro é que vai resolver o problema. Então, talvez, se os Governos passarem a ver o que o cara fez certo e a dar seqüência naquilo... Eu não estou aqui para dar lição para ninguém, não, nem para ser prepotente. Mas a gente, como cidadão, enxerga isso às vezes, uma falta de seqüência das políticas adotadas que deram certo.

Com relação a ideologia, o senhor sabe: as FARC, colombianas, já estão mancomunadas com o PCC, já estão trabalhando há pelo menos 4 anos juntos. Já há treinamento, inclusive em cidades de São Paulo, onde as FARC vêm para



Campinas, em São Paulo, fazer o treinamento. Há treinamento das FARC e do PCC no Mato Grosso do Sul. Há uma briga do juiz Odilon lá, porque ninguém leva ele a sério nesse assunto. Todo mundo fala que o juiz está ficando gagá, e não é verdade. Ele não tem todo aquele aparato por charme, não. A situação é séria em relação às FARC e ao PCC, da mesma forma que é em relação ao MR8, do Maurício Norambuena, que o Estado de São Paulo, como disse o Deputado, talvez não sabendo medir o tamanho do perigo, ou não enxergando o que estava fazendo, fez o favor de, em São Paulo, colocar no RDD, junto com o Sr. Fernandinho Beira-Mar, que nos foi exportado do Rio de Janeiro porque o Garotinho pediu socorro.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - É, o Geléia foi para lá junto com o Cesinha, conheceu o Fernandinho Beira-Mar e fizeram o pacto PCC-CV. Foi uma beleza. Daí também o Norambuena é colocado pelo Governo do Estado de São Paulo junto com o Fernandinho Beira-Mar e o Marcola no RDD. O Sr. Maurício Norambuena, do MR8, ficou durante mais de 1 ano dando lições aos integrantes do PCC que estavam lá, o Carambola e outros da chefia do PCC, ações de guerrilha. E ensinando assim: *“Olha, vamos partir para a porrada. É na bomba, é no tiro. Não é no tirinho na cabeça do soldado. Vamos chegar aqui com a bazuca.”* Então o PCC está aprendendo com as FARC e está aprendendo com o MR8 a ser não só um partido dos presos, mas um “partido” — aspas — de inteligência, de audácia, de fazer estratégias para se dar melhor dentro do crime.

Se ainda tiver tempo, a Deputada Cida Diogo pergunta das milícias no Rio de Janeiro. Eu acho que a gente está com o mesmo problema: a gente sai do Comando Vermelho para o problema milícia. Os 2 são ilegais, os 2 têm que ser combatidos, e a gente está falando de uma milícia que está misturando bandido de outra facção para combater aquela com policiais, que estão se servindo dessa situação para ganhar um dinheiro a mais. A situação dos policiais do Rio de Janeiro, como a dos de São Paulo, é muito delicada, muito tênue, naquela reta lá de estar do lado da Polícia mesmo ou de estar do lado dos bandidos.

Com relação a pegar os presídios femininos — eu gostaria até de conversar com a senhora depois, porque estou fazendo uma reportagem sobre isso — e fazer talvez deles, com menos gente, um modelo de como a coisa pode funcionar, eu



acho uma idéia muito bacana. Não é homem ou mulher. O bandido é bandido. A mulher faz tricô e o homem não, mas, em termos de criminalidade, hoje a realidade é a mesma. As mulheres de São Paulo são do PCC. As mulheres cresceram no crime organizado. As mulheres hoje são chefes do crime organizado. A gente tem a Maria do Pó, em São Paulo, que misteriosamente fugiu. Foi aquela que... em Campinas sumiram 300 quilos de cocaína nas barbas da Polícia, e deu aquele rolo todo. Então a Maria do Pó, só ela, movimentava por mês 1 tonelada de cocaína. Só ela. Ela é chefe dos homens numa quadrilha. Então as mulheres estão fortes, estão poderosas, não existe mais essa distinção. E a Maria do Pó fugiu da cadeia lá de São Paulo, em Santana, no Carandiru, porque deixaram essa mulher sair para pintar a fachada do presídio. Junto com outras presas, a Maria do Pó saiu, com um pincelzinho e umas latinhas de tinta, para pintar a fachada da cadeia. Pergunta para mim se ela fugiu ou voltou para dentro da cadeia? Ela fugiu com a comparsa dela e está hoje no Paraguai mandando para cá 1 tonelada de cocaína por mês, para ser negociada entre o PCC e o Comando Vermelho.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ela esteve dando depoimento numa CPI aqui também. Faz tempo já. Eu estava junto.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Exatamente. Ela esteve dando depoimento. É só para mostrar que as mulheres hoje têm tanta importância no mundo do crime quanto os homens. Então talvez se pudesse fazer uma ação. São 27.680 presas hoje, aproximadamente. Talvez, se começarmos nesse mundo menor para ver como a gente pode fazer ele ficar melhor, daí fique mais fácil passar para mais 350 mil presos a experiência que se conseguiu.

Com relação ao que falou o Deputado Valtenir Pereira, a assistência jurídica é realmente a principal reclamação e o principal motivo de todas as rebeliões que acontecem na cadeia. Você pode perguntar: a comida é ruim? O preso é ruim? Ele quer visita íntima? Ele quer sexo com a mulher? Você pode tirar tudo isso e dar para ele uma assistência jurídica adequada, que você já resolve 70% dos problemas das reclamações dos presos.

O Deputado Pompeo de Mattos falou em medir o tamanho do perigo. Talvez os Governos não tenham medido esse tamanho. Ele fala de o Governo ter um carro de fórmula 1 e os bandidos terem um fusca. É verdade, se a gente pensar em



tamanho, em poder. Só que eu acho que os bandidos hoje estão pegando algumas pecinhas desse fórmula 1 e colocando no carro deles, e para o Governo está faltando gasolina. Ele tem o fórmula 1, mas a gasolina, o combustível, ele não está tendo para fazer esse carro andar. Alguns porque não querem, outros porque são candidatos, outros porque acham que o tempo vai passar e eles vão ficar na história por outro fato, e alguns até porque não querem ficar na história como o homem que resolveu o problema das cadeias, porque nem todo mundo quer. Para alguns seria uma carga e não um prazer dizer *"Solucionei!"*. *"Não, aquele lá é o defensor"*, como disse agora há pouco a Deputada. Você fala que o preso tem que ser bem tratado para não reverter contra a gente, aí dizem que a jornalista defende preso. Não, não defendo não, eu defendo a justiça sobre qualquer situação.

Com relação ao Rio Grande do Sul, eu tenho a dizer para o senhor que eu lamento que o PCC esteja instalado lá, e bem instalado. Ele já tem boas bases no Rio Grande do Sul, como em Florianópolis, com uma força bastante maior ainda, e no Paraná. Como está na Bahia, muito forte, mais do que no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul ainda é um embrião, mas ele está. Para o senhor ter uma idéia, o PCC está mudando para Mossoró. Ele já usava a cidade de Mossoró como passagem para tráfico de drogas entre uma cidade e outra, e hoje está se instalando lá porque está sendo instalado um presídio de segurança máxima do Governo Federal lá. Vai ser o terceiro. E há notícia de que o Marcola vai ser cliente do novo hotel do Governo lá em Mossoró. O velho Marcola. A cidade está apavorada. Integrantes do PCC já passaram, já estão morando em Mossoró, para ver como a coisa funciona lá em relação a Polícia, agentes penitenciários etc.

Obrigada.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - Eu queria só que a Dra. Fátima dissesse rapidinho sobre a questão de Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Deputada Maria do Carmo.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - Você citou vários Estados. Eu quero saber essa questão sobre Minas Gerais.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Minas Gerais foi o terceiro Estado, fora de São Paulo, em que o PCC entrou. O primeiro foi o Rio de Janeiro,





nesse favor que fizeram de juntar o PCC e o Comando Vermelho lá, depois foi Minas Gerais, onde o PCC é muito forte também. No Paraná, a força dele ainda é maior, porque os 2 comandantes do PCC estiveram lá e fizeram uma rebelião. Hoje, quando há rebelião em São Paulo, há também no Paraná. Nesse próximo movimento que o PCC pretende fazer, ele pretende parar 15 presídios fora do Estado: Minas Gerais, Paraná, Rondônia, Florianópolis, Rio Grande do Sul, além, é claro, de 70 cadeias em São Paulo. Então o PCC é forte lá. E Minas Gerais também tem as histórias da Polícia, como em todos os Estados. Se bem me lembro, foi de lá que Fernandinho Beira-Mar fugiu pela porta da frente, andando de sandalhinha, igualzinha à do Deputado aqui, fingindo que a vida estava linda. Ele saiu pela porta da frente e foi embora, o Fernandinho Beira-Mar, de Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Eu queria só lembrar que, aqui nesta Comissão, autoridades de São Paulo simplificaram a presença do PCC e disseram que muitas das vezes os presos usam o nome do PCC para se valorizar. Lá em Rio Piracicaba, onde 8 presos foram mortos queimados, em 3 celas está lá escrito "PCC e CV", Comando Vermelho. E parece que não era só para se valorizarem.

Mas eu queria só que a senhora pudesse falar, na reservada, se for o caso, se também tem investimento em político. Tem investimento no sistema, tem investimento em jornalista, em advogado... Eu queria saber se a senhora sabe se tem algum investimento em eleger Deputados, Vereadores, Prefeitos... Se a senhora quiser deixar para a reservada, a gente deixará.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Não. Tranquilo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Só um parêntese, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Deputado Alexandre Silveira.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - O Deputado Domingos Dutra adora Minas Gerais, não se esquece de Minas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Só vou lá trabalhar. Até hoje não fui comer nem um pão de queijo. Não deu tempo.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - É só para fazer uma abordagem. Muito bem coloca esta CPI, e eu tenho feito questão de ressaltar



sempre, que ela tem o objetivo de diagnosticar o que nós todos já sabemos: a falência completa do sistema — que foi mais uma vez ressaltada com propriedade pela Maria de Fátima — no nosso País. Mas eu sempre tenho buscado trazer o foco desta CPI, pelo menos tenho tentado, para o sistema como um todo, não só o sistema prisional, apesar de ela ter começado com o foco no sistema prisional. Quando a jornalista Maria de Fátima fala, por exemplo, nas instituições policiais, nós todos sabemos que, como qualquer outra instituição, ela é falível, ela é feita de seres humanos, e também há, por parte do Estado, o abandono completo e total desse sistema. Não é o sistema prisional isoladamente que está abandonado no País não, é o sistema de segurança pública.

Nós sabemos que os investimentos em segurança pública, eles não têm retorno político imediato, não têm retorno político, que eles não aparecem como aparecem as obras públicas, que eles custam tanto quanto ou mais do que os investimentos no setor rodoviário, no setor de infra-estrutura como um todo, no setor de saneamento. E é por isso que, tendo-se como pressuposto, pressuposto não, como fato que partem os investimentos de uma decisão política, é a segurança pública como um todo. Eu tenho ressaltado isso sempre. Tenho feito questão de tentar com o Relator, e ele tem sido sensível a isso, tanto ele quanto o Presidente, de puxar para essa abordagem mais ampla, porque eu tenho um grande receio de nós cometermos o equívoco de estar discutindo e às vezes propondo soluções que vão ser, de forma realista, de médio e longo prazo para o setor prisional e isso vir desembocar em mais impunidade e em dificuldade, em mais criminalidade para a sociedade como um todo. Então, se nós não tivermos uma visão mais ampla, nós podemos estar fortalecendo a criminalidade neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Jornalista Fátima Souza, para concluir.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - Em relação a ameaças — o Deputados Relator tinha me perguntado —, é claro que eu tive algumas ameaças. Por incrível que pareça, eu não tive ameaça de facção criminosa, inclusive nunca tive ameaça do PCC. Eu tive ameaça de policiais no decorrer da minha carreira. Até hoje pelo menos, eu não tive ameaça por parte dos detentos e de facções criminosas.



Em relação à participação de políticos, eu, quando cheguei aqui na Casa hoje, ouvi uma pessoa me dizer que tem um Deputado aqui que é matador. Então, se eu ouço dentro da Casa que aqui tem um Deputado que é matador — não sei quem é —, é claro que o PCC também quer botar político aqui dentro. A Souza Cruz põe, a população põe, e o PCC também, é claro, está tentando. Já tentou, e isso ficou até notório. Era um advogado que o PCC estava tentando eleger, e acabou não conseguindo porque o advogado foi preso pela polícia paulista quando a campanha dele estava começando a deslanchar. Ele acabou sendo preso, e a campanha dele acabou ali. Mas é claro que o PCC continua, sim, investindo para ter representantes aqui, embora, pelas informações que eu tenho, o ter representante aqui seria no sentido de ter uma CPI desta, que ouvisse de não ter advogado, de não ter defensor público. Seria mais para reivindicação, para ter alguém para reivindicar por eles, do que para fazer qualquer coisa de outra natureza.

Só encerro dizendo que talvez seja mesmo falta de medir o tamanho do perigo, falta de olhar com seriedade para o que está acontecendo, falta de pensar. O senhor tem toda a razão, Deputado — do queijinho, né? —, o senhor tem toda a razão quando o senhor fala que só esta CPI do Sistema Penitenciário, sem relacioná-la com a segurança, fica sem sentido. Nós temos 500 mil presos. Então em parte a segurança está funcionando, porque a gente tem 430 mil na cadeia, e em parte o Estado não está funcionando, porque fez 430 mil bandidos, cada vez mais jovens.

Há 10 anos, quando eu fazia reportagem de polícia, a média era 30 anos, hoje é 22, de homens presos. Então a juventude está indo para o lado do bandido. O Estado, as Prefeituras, os Governos Estaduais e Federal não estão conseguindo combater a criminalidade. Deram espaço para o bandido, para que ele traga a população do lado dele, para que ele distribua leite, para que ele distribua cesta básica. O PCC, em São Paulo, faz quermesse, faz rifa. O prêmio atual da rifa do PCC é um apartamento de 70 mil reais, que pobre não compra. Nem a Caixa Econômica do Governo dá isso. Então eles estão tomando o espaço de todas as maneiras. O jovem vê isso como uma grande facilidade, forma de ter dinheiro. Ele vai bater na porta de quem? Do Lula? Do Garotinho? Do Alckmin? Ele bate na porta do bandido sim. Hoje essa é uma realidade.



Então, realmente, esta CPI tem que juntar segurança pública e sistema carcerário. Por que tanta gente está sendo presa? Sabem, em São Paulo, quantos mandados de prisão tem? Um Morumbi e um Maracanã lotados: 150 mil mandados de prisão não cumpridos no Estado de São Paulo, bandidos que estão nas ruas, que não são presos porque não tem lugar, que não são presos porque a Divisão de Captura de São Paulo tem 9 policiais. Sabem o que é isso, para caçar 150 mil? Com toda a razão ele estava reclamando aqui da área dele, da ausência de profissionais. A Divisão de Captura de São Paulo tem 2 delegados, 1 para se aposentar, e 9 policiais para procurar 150 mil pessoas que estão com mandado para serem presas. Então, se a gente fosse cumprir todos os mandados de segurança... O Brasil tem 400 mil presos e 300 mil na rua. Onde vão pôr todo mundo? Por que que não prende? Essa que é a realidade. Vamos falar a verdade. A Polícia é incompetente? Também, em algumas áreas, mas em outras não. Tem 400 mil presos lá. Só que tem 300 mil na rua. Se prendermos todos, pomos onde? Como resolver esse problema? Será que talvez não seja a hora — o Deputado pediu soluções — de a gente começar a fazer ir realmente para a rua aquele cara que não tem que estar preso? Quanta gente com pena vencida está lá ocupando o espaço do cara que precisa ocupar, que estaria preso, e está lá roubando porque, se a Polícia prender, não terá onde pôr? Então é até uma questão matemática: tirem o que pode ser tirado e ponham o que precisa ser posto. Mas quem faz isso? Um mutirão? Um milagre? Uma CPI? Não sei. Soluções tem.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Até porque, Dra. Maria de Fátima, só um parêntese...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Um minuto, Deputado Alexandre Silveira.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Até porque a senhora muito bem coloca quando diz que nós não podemos cuidar aqui de 430 mil azarados. Azarados por quê? Porque esses, felizmente, não ficaram impunes. Mas nós temos um índice que nós sabemos que ultrapassa 90% de impunidade neste País. Então o sistema é muito mais complexo do que tratar dos 430 mil que, ainda bem, não estão impunes.



**A SRA. MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA** - E dos 300 mil que estão na rua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - E mais. Nós sabemos que esse fenômeno que aconteceu da Constituição para cá... A Constituição de 88 veio fortalecer as instituições, veio fortalecer o Estado Democrático de Direito, mas não veio fortalecer as instituições de segurança pública. Em consequência, está desaguando no que está aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Alexandre. A audiência está muito importante, e a jornalista Fátima tem que estar no aeroporto às duas e meia.

Antes de passar para o Dr. Calmon, talvez esses 500 mil mandados que estão nas ruas, talvez uma boa parte seja também de soldados do PCC e outras organizações que estão dentro da cadeia. Então a situação é realmente bastante grave.

Concedo a palavra ao Dr. Calmon.

**O SR. FERNANDO CALMON** - Vou ser bem breve, Sr. Relator. Eu queria responder inicialmente ao Deputado Itagiba, que acabou de sair. Ele perguntou: "*Nós temos sistema penitenciário?*" Eu vou responder objetivamente: não. Nós temos penitenciárias. E aí você pode entender o que existir lá dentro, inclusive as que foram destinadas aos jovens, aos menores de 18 anos, que são penitenciárias também. Por um eufemismo, a gente chama de centro de... outra coisa aí qualquer. Enfim, não temos, porque a gente não tem visão sistêmica. Primeiro, não tem sistema porque não tem visão sistêmica. E o sistema é Polícia, o sistema é agente penitenciário, profissionais multidisciplinares, peritos, assistentes sociais, psicólogos etc., promotores — aí já começa a outra —, defensores público e juízes. Sem atacar o sistema como um todo, não tem sistema. Então não tem nada. Nós estamos falidos, no zero, obviamente.

O colega Valtenir Pereira disse: "*Um juiz por um defensor.*" Olha, levantei aqui um dado de São Paulo: 304 varas especializadas em execução penal, 304, e 27 defensores. Tem que ter algum furo nesse queijo. Não é possível que o queijo não tenha furo. Isso não pode persistir. Agora, de quem é a omissão? É ruim para o



defensor viver essa situação. A gente se vale, Deputada Cida, dos mutirões, que são maneiras desesperadas de a gente estender a nossa área de atuação.

Fazemos isso muito, Brasil afora inclusive, muito, e não só na área de execução penal, porque isso é uma parte do problema. E a pessoa que procura a Defensoria Pública ela não tem um problema jurídico, ela tem um problema, que daí decorrem, entre muitas coisas, problemas — no plural — jurídicos. E principalmente os presos e os familiares dos presos, porque aí nós temos que dar assistência na área de família, na área cível, na área possessória. E aí a coisa vai desdobrando, porque são pessoas que ficaram de alguma forma... E nem todo o preso é igual; nem todo preso tem essa característica voltada para o crime. Normalmente, as pessoas delinqüem por vários motivos, e isso daria aqui um seminário enorme. Mas nem todo mundo tem uma péssima índole; é um sociopata, um psicopata, uma pessoa que é irrecuperável. Agora, começa a ficar irrecuperável à medida que o Estado começa a se omitir, Deputado Itagiba. E, nessa omissão, nós temos responsabilidades. A partir dessa omissão, nós passamos a criar pessoas que não existiam quando entraram naquela penitenciária. Eu disse que nós não temos sistema prisional, temos penitenciárias. E o que tem lá dentro é o que tem, é absoluto, salve-se quem puder. Bom, eu até estaria na abertura lá desse convênio, Deputada Cida, que está tendo uma teleconferência para o Brasil inteiro, mas teve o pedido aqui da Comissão. A gente não pode ainda estar em 2 lugares ao mesmo tempo. Temos colegas do Brasil todo lá. Respondendo à pergunta do Deputado, nós temos uma associação de defensores públicos do MERCOSUL, que funciona com associações e instituições. Nós estamos trabalhando nos problemas dos presos extrafronteira, porque o MERCOSUL tem, todos esses Estados... Estou falando da Bolívia, inclusive do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, que com o Brasil têm fronteira; fronteiras, enfim, políticas, as pessoas passam, cometem delitos lá, são presas lá, cometem delitos aqui, são presas aqui, e ficam nessa situação.

Nós estamos evoluindo, sim, numa assistência jurídica internacional, viu Deputado, para a questão de verificação dos brasileiros fora do Brasil e dos estrangeiros aqui com assistência jurídica, evidentemente quando as nossas pernas permitem dar mais esse passo, que é mais um problema dentro dessa complexidade. Nós temos problemas gravíssimos, e inclusive na América Latina não



difere nada, nada, em absolutamente nada do que nós estamos vivenciando no Brasil. Nada. Parece que, eu viajo para lá muito, e parece que a gente ouve o mesmo filme.

Não sei se a Fátima teve condição de pesquisar lá. E eu queria deixar, por último, as próprias palavras da Fátima. São isentas as palavras, Deputado; ela não está defendendo a corporação, ela não está se posicionando de forma política, nada disso. Eu acho que ela colocou muito bem. Ela é uma pesquisadora, ela vivenciou esse problema e ela disse claramente: 70% dos problemas hoje dos presídios nós resolveríamos com assistência jurídica efetiva. Nós temos Estados muito próximos, Deputado, muito próximos de poder fazer isso, como Goiás, que basta talvez uma audiência com o Governador, ele autoriza na hora o concurso; como o Rio Grande do Norte, que já tem um concurso em andamento que precisa... E não tem defensores lá, nesses 2 Estados, e isso não pode continuar assim porque, enquanto nós nos omitimos, vamos continuar alimentando esse círculo vicioso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Teremos alguns requerimentos, mas, em nome da Comissão, nós queremos agradecer aqui ao Dr. Fernando Calmon, à jornalista Fátima de Souza, pelas belíssimas exposições, pela firmeza, pela clareza das informações trazidas. Eu posso sintetizar dizendo que assistir as exposições dos dois foi parecido a quando a gente vai a um bom jogo: saímos satisfeitos, dizendo que valeu a pena pagar o ingresso. Os dois pagaram o ingresso hoje aqui nesta Comissão.

Pediria aos expositores que pudessem mandar documentos, sugestões, porque esta Comissão não pretende produzir um relatório para ninguém ler. Nós queremos produzir um relatório enxuto com bastante fotografia — porque as fotografias do Sistema Carcerário valem por mil páginas; com DVD com as imagens que estamos coletando, e sobretudo propostas para este Congresso, porque o Congresso Nacional também tem produzido legislação por ouvir dizer, que repercute de forma negativa. Os Deputados fazem leis, o juiz sentencia, mas ninguém se pergunta quanto é que custa, onde vai colocar, o espaço. Portanto, nós queremos produzir medidas legislativas próximas da realidade. Portanto, solicitamos sugestões.



Jornalista Fátima Souza, vamos marcar outra data para uma sessão reservada a fim de que a senhora possa revelar tudo o que o seu coração possui, de tal forma que a Comissão possa aproveitar.

Pediria ao Dr. Fernando que pudesse nos mandar alguns documentos... O senhor fez referência a um documento recente, um diagnóstico até 2006 sobre a Defensoria Pública. Também vamos pedir que a assessoria marque uma audiência com o Governador de Goiás, porque eu acho que, em uma manhã, se vai ao Governador e consegue-se algum tipo de providência urgente.

Requerimentos para deliberação da Comissão.

Requerimento extrapauta.

Requerimento, com o apoio de um terço, da Deputada Cida Diogo, que requer, nos termos regimentais, sejam convocados os Srs. Ministros Tarso Genro, da Justiça, e Nilcéa Freire, de Políticas para as Mulheres, para exporem acerca dos objetivos, dos meios e da previsão de data para execução do mutirão nacional de assistência jurídica às mulheres encarceradas.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém a discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam fiquem como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 154/08, do Sr. Valtenir Pereira, que “requer, nos termos regimentais, sejam realizadas diligências nos presídios de Mato Grosso, conforme discriminação”.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém a discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que sejam a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 156/08, do Deputado Domingos Dutra...

Pediria à Deputada Cida Diogo que conduzisse a reunião.

Passo, em seguida, ao Requerimento nº 157, do Deputado Neucimar Fraga, que “requer, nos termos regimentais, sejam requisitadas às autoridades estaduais as informações que menciona”.

Em discussão. *(Pausa.)*





Não havendo quem queria discuti-lo, em votação.

Quem for a favor do requerimento permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a Presidência à Deputada Cida Diogo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Cida Diogo) - Queria só agradecer aos nossos expositores e liberá-los porque acho que estão com horário... Poderíamos liberá-los e agradecer-lhes muito a contribuição.

Vamos agora colocar em votação o Requerimento nº 156/08, do Deputado Domingos Dutra, que requer sejam oficiados os Estados da Federação e o Distrito Federal para o fornecimento de dados inerentes ao sistema penitenciário local.

Os Deputados que queiram discutir a questão... *(Pausa.)*

Os Deputados que aprovam a proposta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 158/08, do Deputado Domingos Dutra, que “requer seja convidado para prestar informações, em audiência pública, o Pastor Marcos Pereira da Silva, fundador da Assembléia de Deus dos Últimos Dias”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém que queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Volto a condução dos trabalhos ao Deputado Domingos Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputada Cida Diogo.

Só quero agradecer aqui a todos os Deputados. Na CPI, a cada reunião, o *quorum* aumenta. Parece que a CPI agora que está começando, porque agora está ficando bom.

Agradeço a toda a assessoria, à imprensa, à assessoria da CPI. Acho que hoje foi uma sessão muito importante, os depoimentos foram muito bons e tenho certeza de que esta CPI vai contribuir com o Brasil.

Está encerrada a sessão.